



MARCIANA ALVES BARBOSA

**O ECOTURISMO E A SUSTENTABILIDADE - PARQUE ESTADUAL
DA SERRA DOURADA – GO (PESD)**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
ECOLOGIA E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL**

Goiânia

2008

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS - UCG
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA
MESTRADO EM ECOLOGIA E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL - MEPS

**O ECOTURISMO E A SUSTENTABILIDADE - PARQUE ESTADUAL
DA SERRA DOURADA – GO (PESD)**

MARCIANA ALVES BARBOSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado de Ecologia e Produção Sustentável da Universidade Católica de Goiás para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Drº Ycarim Melgaço Barbosa

Goiânia
2008

B238e Barbosa, Marciana Alves

O ecoturismo e a sustentabilidade – Parque Estadual da Serra Dourada – GO (PESD) / Marciana Alves Barbosa. – Goiânia, 2008.
104 p.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Departamento de Biologia, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa

1. Turismo. 2. Ecoturismo. 3. Conservação da natureza - Parque Estadual da Serra Dourada - Goiás. I. Título

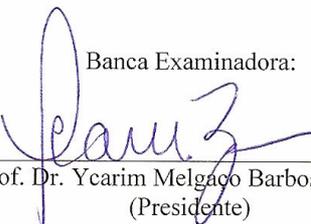
CDU: 379.85:504.06 (817.3)(043)

MARCIANA ALVES BARBOSA

**O ECOTURISMO E A SUSTENTABILIDADE – PARQUE
ESTADUAL DA SERRA DOURADA – GO (PESD)**

APROVADA EM 18/06/2006

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Ycarim Melgaco Barbosa - UCG
(Presidente)


Profa. Dra. Cleonice Rocha – UCG
(Avaliadora Interna)


Prof. Dr. Herbe Xavier – PUCMINAS)
(Avaliador externo)

DEDICATÓRIA

Ao meu marido Lincoln Júnior pelo amor e principalmente pelo apoio dado na realização deste mestrado.

A minha filha Maria Laura, minhas secretárias Eloíza Santos e Maria Aparecida por me acompanhar nesta empreitada.

E a minha mãe Teresinha pelo amor e o carinho que me ofertou em sua casa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela vida e pelas oportunidades;

Aos professores, e em especial ao meu Orientador Prof^o Dr. Ycarim Melgaço Barbosa;

Aos colegas de turma, especialmente Orlandina Ferreira Machado, Tânia Maria Andrade e Veronildo Moura – pela valorização da troca, da ajuda mútua, do envolvimento maior e pela força que representaram durante esta convivência;

À FMB - Faculdade Montes Belos, pela iniciativa e pela oportunidade da bolsa de estudo.

Muito Obrigada!

É triste pensar que a natureza fala e que o gênero humano não a ouve.

(Victor Hugo)

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xii
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv
1 INTRODUÇÃO.....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 Base Conceitual do Turismo	18
2.2 Tipologia do Turismo	20
2.3 Formas, Modalidades e Segmentos do Turismo.....	24
2.3.1 Forma.....	24
2.3.2 Modalidades	25
2.3.3 Segmentos.....	25
2.4 Classificação de Turista.....	27
2.5 Turismo Sustentável e Ecoturismo	28
2.5.1 Turismo sustentável.....	28
2.6 Ecoturismo.....	37
2.6.1 Definições de ecoturismo	38
2.6.2 Tipos de ecoturismo	42
2.6.3 Impactos do ecoturismo.....	43
2.6.4 Princípios do Ecoturismo	44
2.6.5 Infra-Estrutura para o Desenvolvimento do Ecoturismo.....	46
2.7 Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC	49
2.8 Parque Estadual da Serra Dourada	56
2.9 Caracterização da Cidade de Mossamedes.....	59
2.10 Aproveitamento de Unidades de Conservação para a exploração do ecoturismo.....	62
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	66
3.1 Universo e Amostra	67
3.2 Estudo Exploratório.....	69
3.3 Coleta de Dados.....	69
3.4 Tratamento de Dados.....	69
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	70
4.1 O Envolvimento da População Mossamedina com PESD	70
4.2 DIAGNÓSTICO DOS RECURSOS DO PARQUE ESTADUAL SERRA DOURADA (INVENTÁRIO TURÍSTICO).....	73
4.2.1 Vegetação/flora/ solo.....	73
4.2.2 Locais (beleza cênica)	80
4.2.3 Fauna	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
APÊNDICES	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipologia de Mieczkowski	21
Figura 2 - Valores e princípios do turismo sustentável.....	32
Figura 3 - Relações do turismo sustentável	35
Figura 4 - Estágios do Turismo Sustentável.....	36
Figura 5 - A Face Mutante do Ecoturismo.....	43
Figura 6 - Mapa de Localização do Parque.....	58
Figura 7 - Mapa Satélite do Parque.....	58
Figura 8 - Localização do Município de Mossâmedes.....	59
Figura 9 - Igreja Matriz São José de Mossâmedes	60
Figura 10 - Planta da cidade de Mossâmedes	68
Figura 11 - Ribeirão Cafundó – Com presença de Mata Ciliar.....	75
Figura 12 - Subsistema Stritu –sensu	75
Figura 13 - Subsistema stritu-sensu entremeados entre as rochas	76
Figura 14 - Pequi - Caryocar brasiliense	76
Figura 15 - Mangaba (<i>Hancornia speciosa</i>)	77
Figura 16 - Cajú-do-cerrado (<i>Anacardium othonianum</i>).....	77
Figura 17 - Arnica (<i>Lychnophora ericoídes</i>)	78
Figura 18 - Papyrus (<i>Artirium douradense</i>), a árvore papel	78
Figura 19 - Subsistema Campestre	79
Figura 20 - subsistema Cerradão.....	79
Figura 21 - Mirante I	80
Figura 22 - Mirante II	80
Figura 23 - Caverna I	81
Figura 24 - Caverna II	81
Figura 25 - Pedra Goiana.....	82
Figura 26 - Pedra semelhante a Pedra Goiana.....	82
Figura 27 - Areial I.....	83
Figura 28 - Areial II.....	83
Figura 29 - Chrysocyon brachyurus (lobo-guará)	84
Figura 30 - Myrmecophaga trydactyla (tamanduá bandeira).....	84
Figura 31 - Ramphastos toco (tucano).....	84
Figura 32 - Cariama cristata (seriema).....	85

Figura 33 - <i>Rhea americana</i> (ema)	85
Figura 34 - <i>Euphractus sexcinctus</i> (tatu-peba peludo).....	85
Figura 35 - <i>Rhynchotus fufescens</i> (perdiz).....	86
Figura 36 - <i>Athene cunicularia</i> (coruja buraqueira)	86
Figura 37 - <i>Colaptes campestris</i> (pica-pau-do-campo)	86
Figura 38 - <i>Crotalus durissus collilineatus</i> (cascavel).....	87
Figura 39 - <i>Priodontes giganteus</i> (tatu-canastra)	87
Figura 40 - <i>Tupinambis teguixin</i> (teiú).....	87
Figura 41 - <i>Ameiva ameiva</i> (calango-verde)	88
Figura 42 - <i>Buteogallus meridionalis</i> (gavião caboclo).....	88
Figura 43 - <i>Felis concolor</i> (onça parda).....	88
Figura 44 - <i>Cebus apella</i> Spix (macaco-preto).....	89
Figura 45 - <i>Callithrix penicillata</i> Gumila (mico)	89
Figura 46 - <i>Nasua nasua</i> Thévet (quati).....	89
Figura 47 - <i>Dasyprocta aguti</i> (cotia)	90
Figura 48 - <i>Felis pardalis</i> (jaguatirica)	90
Figura 49 - <i>Panthera onca</i> (onça-pintada).....	90
Figura 50 - <i>Boa constrictor amarali</i> (jibóia).....	91
Figura 51 - <i>Tayassu tajacu</i> (caititu – porco do mato)	91
Figura 52 - <i>Mazama americana</i> (veado-mateiro)	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Segmentação da Demanda Turística	25
Quadro 2 - Indicadores de Núcleos de Turismo Sustentável	33
Quadro 3 - Princípios do Turismo Sustentável	34
Quadro 4 - Tipos e Atividades Ecoturísticas.....	42
Quadro 5 - Categorias de Uc's do Grupo de Proteção Integral	52
Quadro 6 - Categorias de Uc's do Grupo de Uso Sustentável	53
Quadro 7 - Categorias de Uc's do Grupo de Uso Particular.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estratificação da amostra	68
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Ecoturismo
AGETUR - Agência Goiana de Turismo
APA - Área de Preservação Ambiental
ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico
ECTWT - Coalizão Ecumênica de Turismo do Terceiro Mundo
EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo
ESC - Estações Ecológica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
FLONA - Florestas Nacionais
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IEB - Instituto de Ecoturismo do Brasil
MICT - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
MMA - Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
OMT - Organização Mundial de Turismo
ONG - Organização não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PARNA - Parque Nacionais
PESD - Parque Estadual da Serra Dourada
REBO - Reserva Biológica
RESEX - Reserva de Extração
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMARH - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEUC - Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TA - Turismo Alternativo
TBC - Turismo Baseado na Comunidade
TMC - Turismo de Massa Convencional
UC - Unidade de Conservação
UICN - União Internacional para Conservação da Natureza
WWF - Fundo Mundial Para a Natureza
WTTC - World Travel e Tourism Council

RESUMO

O ecoturismo em Unidades de Conservação vem crescendo de uma forma acelerada. No Estado de Goiás, está o Parque Estadual da Serra Dourada - PESD, localizado nos municípios de Goiás, Mossâmedes e Buriti de Goiás, ficando a 131 Km da Capital, Goiânia-GO. Neste trabalho analisou a possibilidade de desenvolver o ecoturismo sustentável no PESD, realizou uma reflexão sobre turismo, turismo sustentável e ecoturismo. Caracterizou a cidade de Mossâmedes e a sua relação com PESD, realizou também o diagnóstico (inventário turístico) dos recursos existente no PESD (Vegetação/Flora/Solo/Fauna e Recursos Naturais). Utilizou como metodologia a pesquisa exploratória por meio de visitas ao PESD, qualitativa e quantitativa por meio de um questionário junto à população de Mossâmedes-Go. A maioria das pessoas que participou da pesquisa sabe o que é uma APA – Área de Proteção Ambiental e acredita que o PESD deve ser explorado pelo ecoturismo. Percebeu-se que o PESD foi criado apenas por um decreto governamental e que na prática o PESD encontra-se totalmente em descaso (sem infra-estrutura). Não possui plano de manejo e nenhuma atividade de educação ambiental para seus visitantes. Foi constatado que existe a exploração de um lazer precário que não pode ser considerado ecoturismo. Através do inventário turístico realizado no PESD verificou-se que as potencialidades para o desenvolvimento do ecoturismo são enormes e que depende da mobilização política da sociedade civil e a coletividade em geral como forma de estimular ações concretas em favor do ecoturismo.

Palavras Chave: PESD, ecoturismo, sustentabilidade e Unidade de Conservação.

ABSTRACT

The ecotourism in Conservation Units has been growing on a fast way. In Goiás state is the Serra Dourada State Park - SDSP, located in the districts of Goiás, Mossâmedes and Buriti de Goiás, located 131 km from the capital, Goiania - Go. In this study examined the possibility of developing a sustainable ecotourism in the SDSP, held a discussion about tourism, sustainable tourism and ecotourism. Characterized the city of Mossâmedes and its relationship with SDSP, has also made the diagnosis (inventory tour) resources that there are in the SDSP (Vegetation / Florest / Ground / Wild animals and Natural Resources). Methodology used was an exploratory research through visits to the SDSP, qualitative and quantitative through a questionnaire among the Mossâmedes population. Most people who participated in the research knows what is a AEP - Area of Environmental Protection and believes that the SDSP should be exploited by ecotourism. It was noticed that the SDSP was created only by a government decree and that in practice the SDSP is totally neglect in (without infrastructure). Do not have the management plan and doesn't have environmental education activities to visitors. It was observed that the holding of a precarious leisure that can not be considered ecotourism. Through the tourist inventory carried out in the SDSP found that the potential for the development of ecotourism are enormous and that depends on the political mobilization of civil society and community in general as a way to stimulate concrete action in favour of ecotourism.

Keywords: SDSP, ecotourism, sustainability and Conservation Unit.

1 INTRODUÇÃO

As modificações intensas e as destruições impostas ao meio ambiente nos últimos tempos têm levado muitos países a estabelecer em seus territórios áreas chamadas de Unidade de Conservação-UC, buscando minimizar a perda da biodiversidade que vem ocorrendo com a degradação ambiental. Em algumas UC's no Brasil, o ecoturismo está se tornando uma alternativa de gestão. O impacto do ecoturismo é bem conhecido. Os custos potenciais são a degradação do meio ambiente, as injustiças e instabilidades econômicas, as mudanças socioculturais negativas. Os benefícios potenciais são a geração de receita para as áreas protegidas, a criação de emprego para as pessoas que vivem próximas a essas áreas e a promoção da educação ambiental e de conscientização sobre conservação (WEARING e NEIL, 2001).

Porém, se implantado de forma correta seguindo seus princípios e diretrizes, o ecoturismo só traz benefícios. As UC's foram concebidas por constituírem em suas áreas elementos vitais para proteção, como biodiversidade, localização remota e ecossistemas intocados. Todavia, essas áreas demandam uma infra-estrutura adequada, o que já é um entrave a ser combatido pelos administradores que não detém recursos (WEARING e NEIL, 2001). As UC's tiveram nos Parques Nacionais os primeiros exemplos de proteção da biodiversidade, embora em seu conceito original permeavam objetivos de recreação ao invés de conservação. No entanto houve uma orientação relevante nas atividades desenvolvidas nestes, no sentido de contemplar também a preservação (WEARING e NEIL, 2001). O ecoturismo pode ser uma solução de desenvolvimento sustentável para as UC's ao relacionar benefícios diretos com a conservação.

“O Ecoturismo como estratégia de desenvolvimento sustentável está se transformando cada vez mais em parte de uma filosofia política para administradores de áreas de proteção e institutos de conservação, por ser o meio capaz de proporcionar resultados práticos no esforço de fornecer uma base de proteção contínua para essas áreas” (WEARING e NEIL, 2001, p.68). Como resultados que o ecoturismo pode gerar ao ser realizado em UC: É uma fonte de recursos para proteção e manutenção das áreas; alternativa de desenvolvimento econômico; difusão da questão ambiental e do ideal de preservação; promove a concepção ética de conservação por instituição privada; geração de emprego na área e entorno.

O ecoturismo está sendo cada vez mais usado na Gestão de áreas protegidas, pois é uma alternativa economicamente viável e conscientiza as pessoas envolvidas. Entretanto, o turismo em áreas naturais protegidas é, ainda hoje, um tema cheio de controvérsias, pois não é matéria fácil conciliar a proteção das áreas com o desejo dos governos em obter divisas; a ânsia dos empreendedores em participar da atividade e a demanda crescente por atividades de recreação intensiva (KINKER, 2002).

O turismo mal planejado pode de fato não ser justo e trazer impactos, principalmente em se tratando de áreas protegidas. Por outro lado, o ecoturismo se diferencia do turismo convencional por ser responsável e ecologicamente correto, ou seja, sustentável. O ecoturismo é um segmento diferenciado da 'indústria do turismo', porque implica necessariamente planejamento que leva a sustentabilidade do ambiente natural e cultural, e que deve também conduzir ao desenvolvimento regional sustentável, a um maior conhecimento do mundo natural e cultural visitado e a uma maior conscientização do turista no que se refere a comportamentos (CEBALLOS-LASCURÁIN citado por KINKER, 2002).

No ano de 2003, em 5 de junho, através do decreto 5.768 (vide decreto em anexo), foram realizados estudos na área do Parque, e através de consultas públicas, com a participação da Agência Ambiental, políticos locais e população, iniciou a criação do Parque Estadual da Serra Dourada - PESD, através do Governo de Goiás, Agência Goiana do Meio Ambiente e Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. O PESD se localiza nos municípios da Cidade de Goiás, Mossâmedes e Buriti de Goiás, ficando a 131 km da capital, Goiânia-GO. Com uma área de 30.000 hectares, o PESD é o segundo maior parque do Estado, foi criado com a finalidade de preservar as nascentes, os mananciais, a flora a fauna e as belezas naturais, bem como controlar a ocupação do solo na região. Podendo conciliar a proteção do meio ambiente com atividades científicas, econômicas e sociais.

O presente estudo visa responder a seguinte problemática: Há possibilidade de desenvolver o Ecoturismo no PESD? Tendo como objetivo Geral: Elaborar o inventário turístico (Recursos Naturais e Fauna) existentes no PESD e como objetivos específicos: Fazer uma reflexão sobre os conceitos de turismo, turismo sustentável e ecoturismo; Caracterizar o PESD e a cidade de Mossâmedes, um dos municípios onde se localiza o parque; Conhecer a relação da população

mossamedina com o parque. Este trabalho se justifica pela sua importância, pois contribui na formação do conhecimento teórico sobre sustentabilidade, almejando o desenvolvimento do ecoturismo com a cultura de preservação do meio natural e dos valores do cerrado, capacitando os indivíduos a atuar como multiplicadores do ideal de conservação.

Visando alcançar os objetivos propostos, utilizamos a metodologia de estudo teórico de livros, artigos, dissertações, textos e documentos, o estudo do caso, levando em consideração no contexto do objeto de estudo e todos os seus elementos; pesquisa qualitativa e quantitativa, adotando como instrumento de coleta e caracterização dos dados, a entrevista com o questionário semi-estruturado e a observação e descrição dos recursos naturais do Parque, com visitas à área de estudo utilizando acervo fotográfico.

A estrutura desta dissertação está composta pela introdução e três capítulos. O primeiro é composto pela fundamentação teórica, abordando assuntos fundamentais a temática ambiental, conceitos de Turismo, Turismo Sustentável e Ecoturismo, Sistema Nacional e Estadual de Unidades de Conservação – SNUC e SEUC, Parque Estadual Serra Dourada-PESD, cidade de Mossâmedes-GO.

A metodologia utilizada na realização da dissertação ficou apresentada no segundo capítulo, apresentando a definição do universo e da amostra da pesquisa, coleta e o tratamento dos dados levantados.

No terceiro capítulo estão os resultados e discussão da pesquisa, apresentando o resultado do questionário e o inventário dos atrativos naturais do PESD.

E finalmente as considerações finais do presente estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Base Conceitual do Turismo

O conceito de turismo tornou-se bastante complexo e polêmico. Desde o aparecimento das primeiras viagens organizadas, no século XIX - Chamado Grand Tour - até os dias de hoje, muita coisa mudou. A dinamicidade das sociedades que faz essa transformação no conceito de turismo. O turismo, que antes de tudo, é uma prática social, vem mudando de sentido ao longo da história e cada nova definição consiste em nova tentativa de se conceituar algo que tem, reconhecidamente, uma dinâmica inquestionável.

Entre as inúmeras definições de turismo, há que se destacar aquela adotada por um organismo oficial, de injunção global, que é a Organização Mundial de Turismo (OMT). Segundo essa organização, o turismo é definido como “o deslocamento para fora do local de residência por um período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivado por razões não-econômicas” (OMT, 1995).

A importância da definição de turismo adotada pela OMT reside no fato de esta orientar o trabalho realizado por organismos oficiais de turismo em todo o mundo e, conseqüentemente, ter rebatimentos sobre o planejamento e a gestão da atividade, mas não serve para definir a real magnitude desse fenômeno.

Vários autores procuraram conceituar o fenômeno e ainda continuam nessa discussão. Em 1910, o economista austríaco Herman Von Schullard definiu o turismo como a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região (SCHULLARD citado por WAHAB, 1977).

Depois surgiu a Escola de Berlim que estudou o turismo nos aspectos econômicos. Segundo Arthur Bormann o turismo é um conjunto de viagens que tem por objetivo o prazer ou motivos comerciais, profissionais ou outros análogos, durante os quais é temporária sua ausência da residência habitual. As viagens realizadas para locomover-se ao local de trabalho não se constituem em turismo (BORMANN citado por ANDRADE, 1992).

Nos anos 1940 alguns autores evoluíram a conceituação da Escola de Berlim. Para Robert McIntosh o turismo pode ser definido como a ciência, a arte e a

atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos (MCINTOSH, 1972).

Jafar Jafari apresentou uma definição mais holística onde o turismo é o estudo do homem longe do seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área receptora (JAFARI citado por BENI, 1997).

De acordo com Fuster o turismo é, de um lado, conjunto de turistas; de outro, os fenômenos e as relações que essa massa produz em consequência de suas viagens (FUSTER, 1973).

Oscar de La Torre concebeu o turismo como um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1992).

José Vicente de Andrade entendeu que o turismo é o conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais. (ANDRADE, 1992).

Pela diversidade das definições, o turismo é um fenômeno complexo. Todas as definições acima excluem do turismo as viagens desenvolvidas por motivos de negócios, de lucros. No entanto, essas viagens são responsáveis por grande parte da ocupação dos meios de transportes, dos hotéis, da estrutura de entretenimento, das locadoras de veículos, dos espaços de eventos. Todos esses elementos são considerados empreendimentos turísticos.

Assim, Ignarra definiu o turismo como o deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional constante. Uma pessoa que reside em um município e se desloca para outro diariamente para exercer sua profissão não estará fazendo turismo. Já um profissional que esporadicamente viaja para participar de um congresso ou fechar um negócio em outra localidade que não de sua residência estará fazendo turismo (IGNARRA, 1991).

Como podemos notar, os viajantes são consumidores de serviços turísticos, quaisquer que sejam suas motivações. Porém, de acordo com a Organização

Mundial de Turismo-OMT, esses consumidores podem ser classificados em turistas, excursionistas e visitantes.

Turista na conceituação tradicional é aquele que viaja com objetivo de recreação. Já em 1945 a Organização das Nações Unidas – ONU adotou o conceito de turista como: “Toda pessoa, sem distinção de raça, sexo, língua e religião, que ingresse no território de uma localidade diversa daquela em que tem residência habitual e nele permaneça pelo prazo mínimo de 24 horas e no máximo de seis meses, no transcorrer de um período de 12 meses, com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas sem propósito de imigração”.

Aquele que viaja e permanece menos de 24 horas em localidades que não seja a de sua residência fixa ou habitual, com as mesmas finalidades que caracterizam os turistas, mas sem pernoitar nesse local visitado, é considerado excursionista (BARBOSA, 2002). Por singularidade, alguns autores têm utilizado o termo visitante para designar aqueles que se hospedam em residências secundárias ou em casas de parentes.

2.2 Tipologia do Turismo

Em decorrência da enorme demanda por diferentes tipos de experiências em viagens, o turismo floresceu com uma enorme variedade de termos que descrevem diferentes tipos de experiências de lazer em diferentes locais, como nenhuma pesquisa disponível descreva esses diversos “tipos” sistematicamente, a tipologia aqui tratada dará mais atenção a variações particulares no que se refere às classificações.

Historicamente, a pesquisa sobre turismo tende a se concentrar não nos tipos de turismo, mas nos tipos de turistas e seus diversos traços, características, motivações, necessidades individuais, o que reflete as características muitas vezes díspares e bastante amplas que a tipologia pode abranger. O turista e o turismo pode ser classificado assim: turismo individualizado ou turismo de massa. Essa divisão está relacionada com o volume de turistas em cada um. Porém, os termos têm sido utilizados também para classificar o padrão de gastos dos turistas. O turismo individualizado seria praticado por aqueles que consomem mais e de forma mais seletiva e o turismo de massa seria mais econômico e mais coletivo.

O turismo individualizado se caracteriza pela maior indiferença em relação aos níveis de gastos, busca destinações mais distintas e exóticas, procura os meios de transportes mais cômodos, se hospeda em hotéis luxuosos e procura os restaurantes mais famosos. O turismo de massa, ao contrário, se caracteriza por utilização de agências de viagens para aquisição de pacotes, procura destinações mais próximas, viagens com duração mais curta, transportes mais baratos, hotéis econômicos, prefere destinações mais conhecidas, escolhe períodos de férias escolares. (MIECZKOWSKI, 1995).

A primeira categoria é o turismo de massa convencional (TMC), que prevaleceu no mercado durante algum tempo. A segunda grande categoria é o turismo alternativo (TA), uma categoria genérica flexível, que inclui uma multiplicidade de formas que apresentam um traço comum - são alternativas ao TMC, ou seja, são formas não associadas ao turismo de massa de larga escala, sendo, basicamente, de pequena escala, baixa densidade, dispersas em áreas não-urbanas, atendendo ao interesse especial de grupos de pessoas que, essencialmente, apresentam uma educação acima da média e uma renda relativamente alta.

Na figura 1, apresenta-se a tipologia do turismo de acordo com Mieczkowski (1995), que identifica o “turismo alternativo” como um tipo de turismo de uma das duas amplas categorias ao longo de uma gama de tipos de turismo.

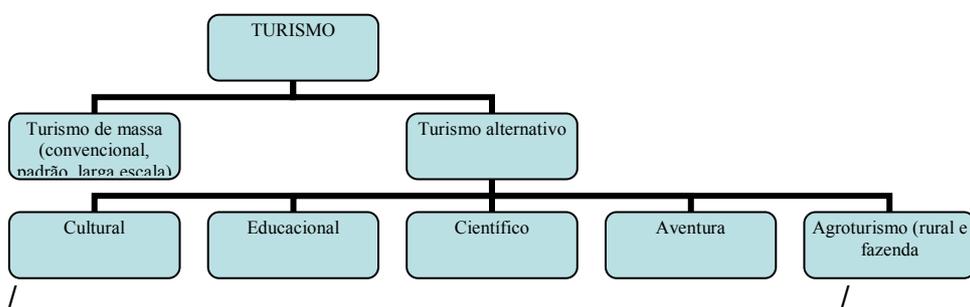


Figura 1 - Tipologia de Mieczkowski
Fonte: Mieczkowski (1995)

Quanto à forma específica de Turismo Alternativo - TA, Mieczkowski (1995) reconhece as formas: cultural, educacional, científica, de aventura e de agroturismo, envolvendo os subconjuntos rural e fazenda (Figura 1). Significativamente, há

alguma sobreposição com o TMC, mas o principal critério de distinção é a escala e o caráter dos impactos. Outra sobreposição ocorre entre os vários tipos de TA - Turismo Alternativo. Por exemplo, o turismo cultural é, em grande parte, educacional, e o ecoturismo se alinha com o turismo baseado na natureza. Assim Mieczkowski (1995) encontra dificuldade para situar o ecoturismo no contexto do TA, pois embora não coincida diretamente com o turismo cultural, sobrepõe-se às formas educacional, científica, de aventura e de agroturismo.

Logicamente, o termo “alternativo” implica seu oposto. Assim, “turismo alternativo” é oposto ao que é visto como negativo ou prejudicial no turismo convencional: caracteriza-se pela tentativa de minimizar o visível impacto ambiental e sociocultural negativo das pessoas em férias, promovendo abordagens radicalmente diferentes em relação ao turismo convencional.

Portanto, as terminologias relativas ao turismo alternativo e ao turismo de massa são mutuamente interdependentes, cada uma delas baseando-se em uma série de julgamentos preconcebidos, que estruturam o conteúdo explicativo dos termos. Assim, o conceito de turismo alternativo pode, em si, ser tão vago e amplo quanto o conceito diametralmente oposto, com diversos tipos de lazer divergentes sendo classificados como turismo alternativo, incluindo férias dedicadas à aventura, férias dedicadas a caminhadas ou viagens solitárias realizadas por viajantes inveterados. Alguns autores chegam até a sugerir que tudo que não se enquadrar na classificação de turismo de massa pode ser considerado turismo alternativo.

No turismo alternativo, o “cliente” recebe acomodação em alguma casa do hospedeiro ou na própria residência dele, contando ainda com outros serviços e instalações.

“Falando de modo simples, Turismo Alternativo - TA / Turismo Baseado na Comunidade - TBC, compõe-se de um conjunto de serviços (e aspectos) de hospitalidade oferecidos privadamente, extensivo aos visitantes, por pessoas, famílias ou comunidade local. O objetivo primordial do TA/TBC é estabelecer intercomunicação e entendimento pessoal/cultural imediatos entre hospedeiro e hóspede.” (DERNOI, 1988, p. 253 citado por WEARING e NEIL, 2001, p.2).

De forma semelhante, para a ECTWT- Coalizão Ecumênica de Turismo do Terceiro Mundo: “Turismo alternativo é um processo que promove uma forma justa de viagem entre membros de comunidades diferentes. Ela procura atingir o mútuo

entendimento, a solidariedade e a igualdade entre os participantes.” (HOLDEN, 1984, p. 15 citado por WEARING e NIEL, 2001, p. 2).

Nesse caso, a ênfase recai sobre a facilitação e a melhoria dos contatos entre hospedeiros e hóspedes, sobretudo por meio da organização de excursões de interesse especiais bem preparadas, em vez de recair sobre o desenvolvimento real das instalações.

Em vez de entrar em um debate cada vez mais complexo da classificação de formas particulares de turismo alternativo, destaca-se certo aspecto comum ao turismo alternativo, identificando diversas de suas características-chave, aqui apresentados para proporcionar as idéias conceituais e práticas específicas das formas de turismo que estão em oposição ao “turismo de massa”.

Assim, em seu sentido mais geral, o turismo alternativo pode ser definido como formas de turismo que demonstram ser coerentes com os valores natural, social e comunitário e que permitem que tanto hospedeiros quanto hóspede desfrutem uma interação positiva e conveniente, e compartilhem experiências.

Alguns autores que tratam sobre tipologias do turismo, dão mais atenção a variações referentes às características do turismo alternativo:

- A tentativa de preservação, proteção e aumento da qualidade do recurso-base, que é fundamental para o projeto turismo (WEARING e NEIL, 2001).
- A promoção fomentadora e ativa do desenvolvimento referente a atrações especiais para o visitante e infra-estrutura com raízes na localidade específica e desenvolvida de modo que se complementem os atributos locais (WEARING e NEIL, 2001).
- O apoio à infra-estrutura (portanto, o desenvolvimento econômico) quando e onde ele melhora as condições locais, e não quando é destrutivo ou supera a capacidade de sustentação do ambiente natural ou os limites do ambiente social, pelo que a qualidade de vida da comunidade é afetada de modo desfavorável (COX, 1985; YUM, 1984, citado por WEARING e NEIL, 2001).
- O turismo que procura minimizar seu impacto sobre o meio ambiente é ecologicamente sadio, evitando os impactos negativos de numerosos projetos turísticos de larga escala empreendidos em áreas que não foram previamente desenvolvidas (BILSEN, et al, citado por WEARING e NEIL, 2001).

- A ênfase na sustentabilidade, não é só ecológica, mas também cultural, ou seja, o turismo que não prejudica a cultura da comunidade anfitriã, estimulando o respeito pelas realidades culturais vivenciadas pelos turistas, por meio da educação e dos “encontros” organizados (HOLDEN, 1974, citado por WEARING e NEIL, 2001).

Diante das características gerais acima mencionadas, pode-se começar a considerar o ecoturismo uma forma de turismo alternativo. Em palavras mais simples, o ecoturismo pode ser geralmente descrito como um turismo interpretativo, de mínimo impacto, discreto, em que se busca a conservação, o entendimento e a apreciação do meio ambiente e das culturas visitadas.

Trata-se de uma área especializada do turismo que inclui viagens para áreas naturais ou áreas onde a presença humana é mínima, em que o ecoturista é envolvido na experiência ambiental, social e/ou cultural por meio de visita à área e vivência nela. Apesar das interpretações conflitantes e o oportuno aproveitamento do termo “ecoturismo” pela indústria do turismo, uma coisa é certa: o crescente interesse global e o aumento exponencial do ecoturismo não podem ser explicados como qualquer das muitas tendências no ramo do lazer. Pelo contrário, essa tendência reflete uma mudança fundamental do modo como os seres humanos observam a natureza e se relacionam com ela.

2.3 Formas, Modalidades e Segmentos do Turismo

2.3.1 Forma

- Turismo Interno: o dos residentes de um país que viajam unicamente dentro deste.
- Turismo Receptor: o dos não-residentes que viajam dentro de certo país.
- Turismo Emissor: o dos residentes de certo país que viajam para outro país.

Estas três formas básicas de turismo podem ser combinadas por sua vez, dando origem às seguintes categorias:

- Turismo Interno: que compreende o turismo interno e o turismo receptor.
- Turismo Nacional: que compreende o turismo interno e o turismo emissor.

- Turismo Internacional: que compreende o turismo receptor e o turismo emissor. (ANDRADE, 1992).

2.3.2 Modalidades

O turismo pode ser classificado de acordo com a amplitude das viagens em:

- Local, quando ocorre entre municípios vizinhos;
- Regional, quando ocorre em locais em torno de 200 ou 300 Km de distância da residência do turista;
- Doméstico, quando ocorre dentro do país de residência do turista;
- Internacional, quando ocorre fora do país de residência do turismo (intracontinental e intercontinental).

2.3.3 Segmentos

Os segmentos vinculados ao turismo dizem respeito à demanda e ao mercado. A segmentação das demandas turísticas pode ser feita a partir de vários critérios, conforme o quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Segmentação da Demanda Turística

<i>Critérios de Segmentação</i>	<i>Segmentos</i>
Idade	Infantil/ Juvenil /Tradicional / Terceira Idade
Formas de Acompanhamento	Individual/ Familiar/ Grupos
Geográfico	Local/ Regional/ Intermunicipal/ Interregional/ Intracontinental/ Intercontinental
Duração da Viagem	Excursionismo/ Curta Duração/ Longa Duração
Motivo da Viagem	Negócios/ eventos/ religião/ saúde/ compras/ lazer/ visita a parentes/ Ecoturismo
Local Turismo	Praia/ Montanha/ Campo/ Selva
Meio de Transporte	Rodoviário/ Ferroviário/ Aéreo/ Treking

“Esses segmentos não são estanques e excludentes, visto que, a viagem pode ser fruto de mais de uma motivação.” (IGNARRA, 1991, p. 37).

A segmentação de mercado diz respeito à estratégia de marketing na determinação do mercado-alvo. Quanto mais conhecimento das características do

mercado desejado, maior a eficiência das técnicas aplicadas. Na segmentação do mercado turístico distinguem-se os tipos:

- Segmentação Geográfica - é uma das mais utilizadas e eficientes no mercado turístico. Muitas são as variáveis que podem ser adotadas, como a urbanização de uma região, o tamanho da população, os tipos de atrativos naturais e artificiais, o clima, a proximidade da costa marítima ou de montanhas, etc.
- Segmentação Demográfica - classifica o grupo de estudos com base em variáveis etárias, de sexo, ocupação, profissão, tamanho da família, ciclo de vida, raça, religião e outros interesses.
- Segmentação Psicográfica - o termo psico define o conjunto de idéias do comportamento ou da personalidade e, assim, a psicografia é considerada uma análise psicológica dos turistas. São vários os motivos que levam as pessoas a se deslocarem, dentre eles podem desejar obter satisfação em termos de descanso, negócios, compras, esporte, estudos, saúde, cultura, etc.
- Segmentação Econômica - está ligada ao nível de renda dos indivíduos. Pessoas são segmentadas por faixa econômica em diversas atividades turísticas como, por exemplo, nos aviões e em muitos destinos turísticos, onde as pessoas estão dispostas a pagar uma tarifa mais cara por um serviço diferenciado de altíssima qualidade.
- Segmentação Social - a segmentação social está vinculada à segmentação econômica, visto que o indivíduo que viaja prefere produtos e destinos turísticos que acrescentem mais cultura a seus conhecimentos intelectuais. Destaca-se a educação, a ocupação profissional, o status que assume junto à expectativa social, o estilo de vida dos indivíduos, os hábitos e costumes da comunidade, e muitos outros fatores (IGNARRA, 1991).

2.4 Classificação de Turista

Os turistas também podem ser classificados de várias formas. (COHEN, 1972 citado por FENNELL, 2002), classificou os turistas em institucionalizados e não-institucionalizados. Os primeiros seriam aqueles que individualmente ou em grupos viajam para locais conhecidos através de agências de viagens. Os segundos são aqueles que viajam por conta própria para locais desconhecidos ou pouco conhecidos, fugindo das grandes massas de turistas. O mesmo autor, em 1979, propôs nova classificação para os turistas:

- Existenciais, aqueles que buscam a paz espiritual, através da quebra de sua rotina cotidiana;
- Experimentais, aqueles que querem conhecer e experimentar modos de vida diferentes;
- Diversionários, aqueles que buscam a recreação e o lazer organizados, preferencialmente em grandes grupos;
- Recreacionais, aqueles que buscam entretenimento e relaxamento para recuperação de suas forças psíquicas e mentais.

McIntosh (1972), também classificou os turistas. Para este autor os turistas são classificados em:

- Alocêntricos: aqueles que têm motivos educacionais e culturais, políticos ou de divertimentos caros como jogos de azar e que viajam individualmente;
- Quase alocêntrico: aqueles que são motivados por eventos esportivos, religiosos, profissionais e culturais;
- Mediocêntricos: aqueles que são motivados pela busca do descanso, quebra da rotina, aventuras sexuais e gastronômicas e tratamento de saúde;
- Quase psicocêntricos: aqueles que viajam motivados pela busca do status social;
- Psicocêntricos: aqueles motivados por campanhas publicitárias.

Os turistas também podem ser classificados de acordo com a amplitude territorial. Os movimentos turísticos, nas suas mais variadas formas, acontecem em função da destinação turística, que é o local procurado pelos turistas. Essa destinação, de acordo com sua amplitude territorial, pode ser classificada em:

- Lugar turístico - expressão utilizada tanto para se referir a lugares que já foram apropriados pela prática social do turismo como também a lugares considerados potencialmente turísticos;
- Atrativo turístico - recurso natural, cultural e artificial que atrai o turista para visitaçãõ;
- Paisagem turística - porção visível do espaço geográfico que desempenham importante papel na constituição dos lugares turísticos e no direcionamento dos fluxos turísticos;
- Complexo turístico - atrativo turístico que já dispunha de certa infra-estrutura turística de alimentação, de hospedagem e de entretenimento, mas ainda não se constituía em um centro urbano (alguns autores classificam os complexos turísticos como um conjunto de centros turísticos);
- Centro turístico - aglomerado urbano que tem dentro de seu território ou no seu raio de influência atrativos turísticos capazes de motivar visitasões turísticas;
- Área turística - território circundante a um centro turístico que contém vários atrativos e estrutura de transportes e comunicações entre vários elementos e o centro. Alguns autores definem um mínimo de 10 atrativos para uma área ser considerada turística;
- Zona turística - território mais amplo que congrega mais de um centro turístico (MCINTOSH ,1972).

Cabe ressaltar que o turismo é antes de tudo uma prática social e que, portanto, tem forte determinação cultural, faz-se necessário reconhecer que os lugares turísticos são inventados culturalmente e que da mesma forma, são os atrativos turísticos e as paisagens turísticas.

2.5 Turismo Sustentável e Ecoturismo

2.5.1 Turismo sustentável

Para falar de Turismo sustentável, primeiramente devemos conhecer um pouco sobre Sustentabilidade. Simplificando, a sustentabilidade é prover o melhor para as pessoas e para o ambiente tanto agora como para um futuro indefinido.

Segundo o Relatório de Brundtland (1988, p. 46), sustentabilidade é: "suprir as necessidades da geração presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas". Isso é muito parecido com a filosofia dos nativos dos Estados Unidos, que diziam que os seus líderes deviam sempre considerar os efeitos das suas ações nos seus dependentes após sete gerações futuras.

Sachs (1993) apresenta cinco dimensões da sustentabilidade, sendo elas:

- Sustentabilidade Social - Orientada para a visão da boa sociedade. Objetiva construir uma civilização do ser, em que exista a maior equidade na distribuição do ter;
- Sustentabilidade Econômica - Busca uma gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. A eficiência econômica deve ser avaliada por critérios macrossociais e não apenas em termos da lucratividade microempresarial;
- Sustentabilidade ecológica - Defende o uso dos recursos potenciais com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida; limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais; redução da carga de poluição; autolimitação do consumo material pelos países ricos; intensificação da pesquisa de tecnologias limpas; definição de regras para a adequada proteção ambiental;
- Sustentabilidade Espacial - Voltada para o equilíbrio urbano-rural, com melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas;
- Sustentabilidade Cultural - Traduz-se na busca do ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares que respeitam as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

O termo original foi "desenvolvimento sustentável," um termo adaptado pela Agenda 21, um dos principais resultados da conferência Eco-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. Agenda 21 é um documento que estabeleceu a importância de cada país se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais. Devemos referir ao termo "desenvolvimento sustentável" no sentido bem amplo pois implica em desenvolvimento continuado, e insistir que ele deve ser reservado somente para as atividades de desenvolvimento.

Uma das primeiras estratégias de ação em turismo e sustentabilidade nasceu da Conferência Globo 90, na Columbia Britânica, Canadá. Representantes da indústria do turismo, governos, organizações não-governamentais (ONG's) e acadêmicos discutiram a importância do meio ambiente na sustentação do turismo, e como os empreendimentos turísticos mal planejados muitas vezes destroem as qualidades do ambiente natural e humano que atrai os visitantes. Na Conferência sugeriram que as metas do turismo sustentável são:

- Desenvolver maior consciência e compreensão das contribuições significativas que o turismo pode trazer ao meio ambiente e à economia;
- Promover a equidade e o desenvolvimento;
- Melhorar a qualidade de vida da comunidade anfitriã;
- Oferecer experiências de alta qualidade para o visitante;
- Manter a qualidade do meio ambiente do qual dependem os objetivos anteriores.

Na perspectiva da prosperidade e do crescimento financeiro, há um fundamento lógico-econômico para a sustentabilidade; como afirma McCool (1995, p. 3 citado por FENNELL, 2002, p. 26), “[...] quando as comunidades perdem o caráter que as torna distintas e atrativas para os não-residentes, elas perdem sua capacidade de disputar os rendimentos provenientes do turismo num mercado cada vez mais global e competitivo”. Além disso, McCool op. cit., cita Fallon ao sugerir que a sustentabilidade é, em toda parte, perseguição de metas e a dimensão do progresso em sua direção. Não é mais apropriado aferir-se um desenvolvimento adequado por meio do produto físico ou do ápice econômico; deve haver também uma consideração de ordem social e de justiça social.

Portanto, McCool op. cit., considera que para o turismo sustentável ter sucesso, os seres humanos devem considerar o seguinte:

- Como os turistas valorizam e usam os ambientes naturais;
- Como as comunidades são melhoradas por meio do turismo;
- A identificação dos impactos sociais e ecológicos do turismo;
- O gerenciamento desses impactos.

Como a conferência Globo 90, foi uma das forças iniciais e integrais a ligar o turismo ao desenvolvimento sustentável, seguiu-se a Globo 92 (HAWKES; WILLIAMS, 1993 citado por FENNELL, 2002) com a transposição dos princípios à prática, na implementação das medidas de sustentabilidade no turismo. Mesmo assim, nessa conferência reconheceu-se que ainda havia muito a ser feito para implantação dos princípios do turismo sustentável.

Turismo sustentável é uma extensão da nova ênfase no desenvolvimento sustentável. Apesar da literatura sobre turismo e o desenvolvimento sustentável apresentar vários exemplos, poucos projetos resistiram ao tempo.

Para a revista, *Tourism Concern* (1992, p. 12) em seu artigo, *Beyond the Green Horizon* (Além do Horizonte Verde), sobre turismo sustentável, apresenta em sua composição:

Turismo e infra-estruturas associadas que agora e no futuro operam dentro das capacidades naturais de regeneração dos recursos naturais e da sua produtividade futura; reconhece a contribuição da população local e das comunidades com seus hábitos e estilos de vida à experiência do turismo; aceita que essas pessoas recebam uma parte justa dos benefícios econômicos do turismo; é guiado pelos desejos da população local e das comunidades das áreas anfitriãs.

O Fundo Mundial para a natureza - WWF acredita que o ideal do “turismo sustentável” é, atualmente, demasiado ambíguo e discutível, pois a indústria envolve aspectos de difícil solução. Para evitar dúvidas, o WWF-Brasil prefere usar o termo “turismo responsável” no contexto de uma estratégia para a sustentabilidade ampla. Portanto, o turismo responsável é aquele que mantém e, onde possível, valoriza os recursos naturais e culturais nos destinos (WWF BRASIL, 2001).

Assim, percebe-se que no turismo a sustentabilidade é discutida na perspectiva de indicadores e códigos de ética. Enquanto os indicadores usam variáveis identificadas para medir e monitorar os impactos do turismo, os códigos de ética ou de conduta usam listagens destinadas a evocar uma mudança de comportamento de grupos de investidores específicos, uma forma de consenso sobre o comportamento aceitável em local de turismo.

A seguir tem-se: a Figura 2, onde se visualiza a construção de valores e princípios do turismo sustentável; no quadro 2, os indicadores de núcleos de turismo sustentável e no quadro 3 os princípios do turismo sustentável, que ilustram muito bem, a questão mencionada anteriormente.

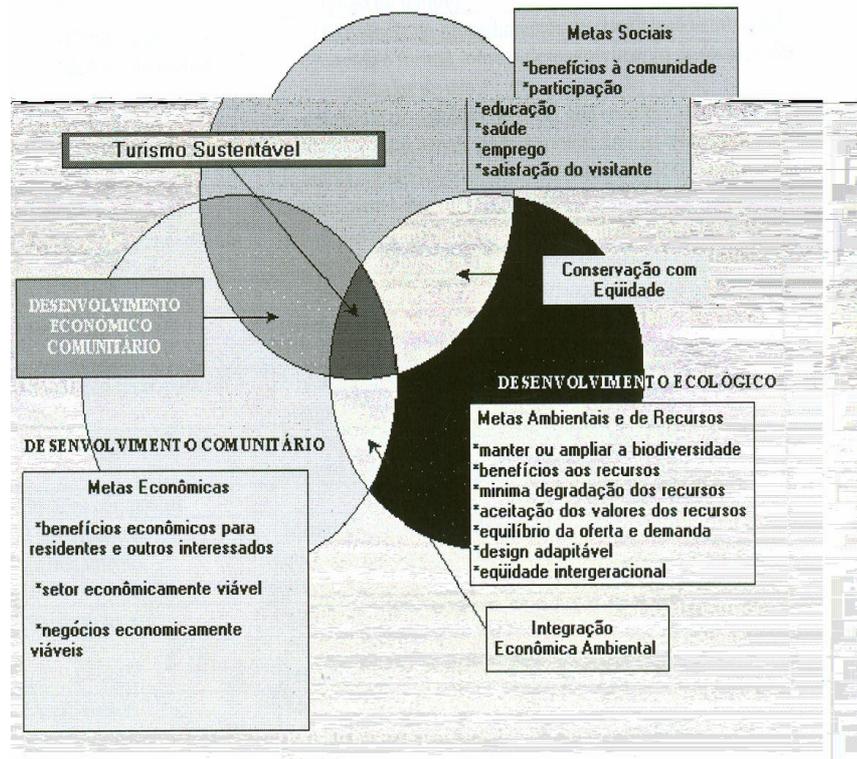


Figura 2 - Valores e princípios do turismo sustentável
 Fonte: Adaptado ICLEI, 1996 e Hall, 1994

Quadro 2 - Indicadores de Núcleos de Turismo Sustentável

Indicador	Medidas específicas
Proteção do local	Categoria de proteção ao local de acordo com o índice IUCN
Estresse	Número de turistas que visitam o local (por ano/mês pico)
Intensidade de uso	Intensidade de uso no período de pico (pessoas/hectare)
Impacto social	Relação turista/população local (período de pico e ao longo do tempo)
Controle do desenvolvimento	Existência de procedimentos de fiscalização ambiental ou controle formal sobre o desenvolvimento do local, e das densidades de uso
Gestão do lixo	Porcentagem de resíduos do local que recebem tratamento (indicadores adicionais podem incluir limites estruturais e de outras capacidades de infra-estrutura do local, como abastecimento de água)
Processo de planejamento	Existência de um plano regional organizado para a região de destinação turística (incluindo o componente turismo)
Ecosistemas críticos	Números de espécies raras ou ameaçadas de extinção
Satisfação dos consumidores	Nível de satisfação dos visitantes (baseado em pesquisas)
Satisfação da população local	Nível de satisfação da população local (baseado em pesquisas)
Contribuição do local	Proporção da atividade econômica total gerada pelo turismo à economia
Capacidade de carregamento	Medida composta de advertência previa de fatores-chave que afetam a capacidade do local de suportar diferentes níveis de turismo
Estresse local	Medida composta de níveis de impacto no local (estresse cumulativo nos atributos naturais/culturais e em outros setores devido ao turismo)
Atratividade	Medida qualitativa daqueles atributos da localidade que as tornam atrativa para o turismo e que podem mudar com o tempo

Fonte: Embratur (1994)

Quadro 3 - Princípios do Turismo Sustentável

1. Usar os recursos de forma sustentável

A conservação e o uso sustentável dos recursos - naturais, sociais e culturais - é crucial, e garante os negócios a longo prazo.

2. Reduzir o consumo exagerado e o desperdício

A redução do consumo exagerado e do desperdício evita o custo da recuperação do meio ambiente, danificado ao longo do tempo, e contribui para a boa qualidade do turismo.

3. Manter a diversidade

Manter e promover a diversidade natural, social e cultural é essencial para o turismo sustentável de longo prazo, e cria uma base resistente para a indústria do turismo

4. Integrar o turismo ao planejamento

O empreendimento turístico integrado num contexto de planejamento estratégico, nacional e local, e submetido aos EIAS (Estudos dos Impactos Ambientais) aumenta a viabilidade em longo prazo do turismo.

5. Apoiar as economias locais

Apóia uma ampla série de atividades econômicas locais, leva em conta valores ambientais e evita danos ao meio ambiente.

6. Envolver as comunidades locais

Traz benefícios ao meio ambiente e melhora a qualidade da experiência do turismo

7. Consultar investidores e o público

As consultas são essenciais se todos quiserem trabalhar juntos e conciliar interesses potencialmente conflitantes.

8. Treinar equipes

O treinamento em todos os níveis melhora a qualidade do produto turismo.

9. Fazer o marketing

O marketing fornece informações completas, aumenta o respeito dos turistas pelo meio ambiente natural, social e cultural das áreas de destino, e aumenta a satisfação dos clientes.

10. Realizar pesquisas

A pesquisa é essencial para a resolução de problemas, além de trazer benefícios às localidades de destino, à indústria do turismo e a seus consumidores.

Fonte: Tourism Concern, 1992.

Outras revisões críticas do turismo e da sustentabilidade incluem a crença de Goodall e Cater (1996 citado por FENNELL, 2002, p. 35) de que o turismo sustentável provavelmente nunca será alcançado, apesar do desempenho ambiental o mais comprometido possível; e o trabalho de Burr (1995 citado por FENNELL, 2002), ilustrando que o desenvolvimento sustentável do turismo é pouco provável de ocorrer a menos que as pessoas de comunidades onde há turismo trabalhem juntas para que isso aconteça.

Existe uma certa concordância de que a sustentabilidade deva ocorrer de fato em nível local, e que talvez ocorra desprendidamente por uma política nacional ou internacional mais ampla. As idéias, de Laarman e Gregersen (1994 citado por FENNELL, 2002), sobre política e participação local, sugerem que no turismo sustentável na natureza devem incluir as seguintes estratégias:

- Apoio nacional e planejamento avançado;
- Políticas adequadas de gastos e rendimentos;
- Participação da população local.

Outro consenso é que cada caso é um caso, ou seja, existe a tendência perigosa de encarar o turismo sustentável como um mercado específico, em vez de analisá-lo a partir de uma visão holística.

A seguir, apresentam-se as Figuras 3 e 4 que ilustram as dimensões relativas do turismo sustentável:

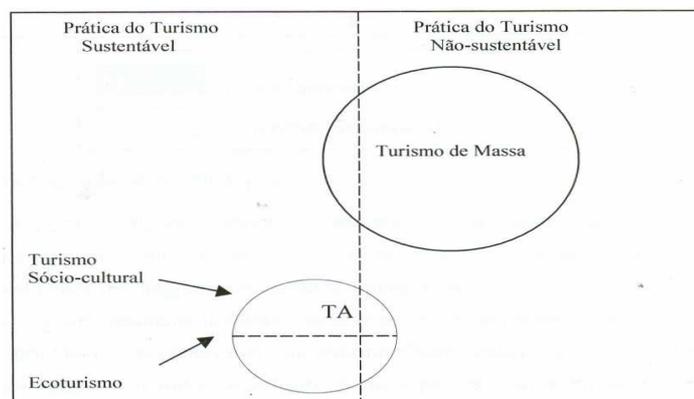


Figura 3: Relações do turismo sustentável

Fonte: Adaptado de Butler, 1996 em Weaver, 1998 citado por Fennell, 2002.

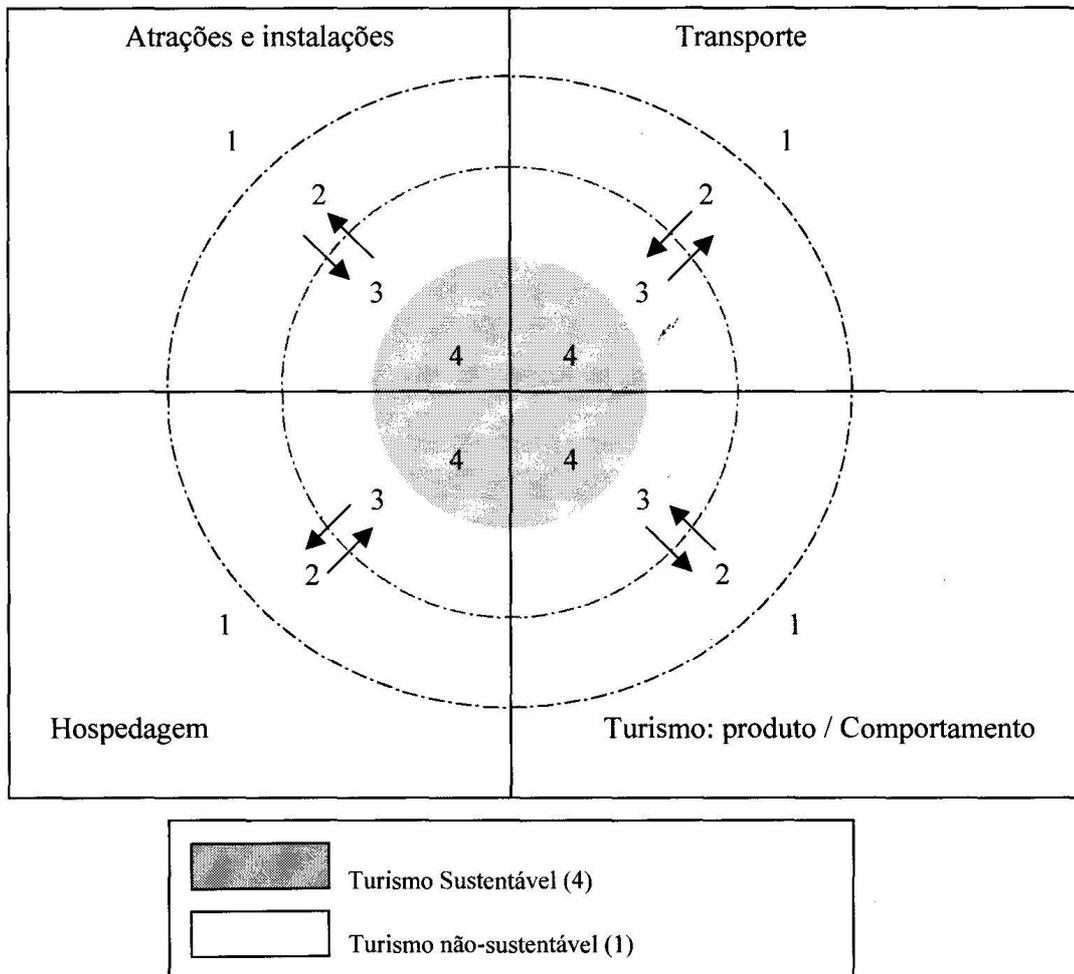


Figura 4 - Estágios do Turismo Sustentável
 Fonte: Fennell, David A (2002, p. 37)

A figura 3 apresenta num sentido geral, uma boa idéia da dimensão relativa entre o turismo de massa e o turismo alternativo de acordo com os círculos correspondentes no diagrama. A figura 4 ilustra que a sustentabilidade deve ser mais do que simplesmente um único aspecto da indústria (hospedagem) funcionando de forma sustentável, reconhecendo sua enorme fragmentação, já que a sustentabilidade não é encontrada em todos os setores. A meta para a sustentabilidade é garantir que todos os aspectos funcionem de forma articulada.

2.6 Ecoturismo

O ecoturismo ainda não conta, em nível mundial, com estimativas muito precisas sobre o mercado que representa e sobre o seu potencial de crescimento. A Organização Mundial do Turismo (OMT) estima que 10% dos turistas em todo o mundo tenham como demanda destinos ecológicos. A World Travel e Tourism Council (WTTC) prevê que o ecoturismo represente, atualmente, de 5 a 8% do turismo mundial. Esses valores representariam algo entre US\$ 170 bilhões e US\$ 272 bilhões. Ainda segundo a WTTC, o ecoturismo deve alcançar 20% do volume total do turismo mundial.

Dados da The Ecotourism Society (Gazeta Mercantil, 2005), a associação mundial de ecoturismo, indicam que os Estados Unidos é um dos maiores pólos emissores de ecoturistas do mundo. Os norte-americanos gastam anualmente, segundo dados do IEB (Instituto de Ecoturismo do Brasil), US\$ 70 bilhões em equipamentos (utilizados para a prática do ecoturismo e dos esportes de natureza), e há mais de 8 mil agências especializadas em ecoturismo, com uma base de clientela que atinge 40 milhões de norte-americanos. Organizações ambientalistas como a The Nature Conservancy, WWF (Fundo Mundial para a natureza), Sierra Club e Audubon Society congregam mais de 20 milhões de colaboradores regulares apenas nos Estados Unidos. As organizações oferecem pacotes turísticos, juntamente com agências especializadas para destinos em todo o planeta.

Se as estimativas sobre o segmento de ecoturismo no mundo não são muito precisas, o mesmo ocorre em relação ao mercado brasileiro. Segundo o Instituto de Ecoturismo do Brasil - IEB e a Associação Brasileira de Ecoturismo - ABE, mais de 500 mil pessoas viajam por ano no país, através de agentes especializados em ecoturismo. Metade desse público teria como pólo emissor o estado de São Paulo. De acordo com estimativa do IEB, o ecoturismo no país deve faturar anualmente cerca de US\$ 1,5 bilhão por ano, e cerca de 90% das empresas do trade ecoturístico brasileiros são de micros ou pequenas empresas.

Portanto, o ecoturismo é na verdade um amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social. O ecoturismo, como componente essencial de um desenvolvimento sustentável, requer uma abordagem multidisciplinar, um planejamento cuidadoso (tanto físico como gerencial) e diretrizes e regulamentos rígidos, que garantam um funcionamento estável.

2.6.1 Definições de ecoturismo

Dada a ambigüidade associada às origens históricas do ecoturismo, o objetivo desta seção é identificar as principais definições do termo, especialmente o elo entre o turismo na natureza (ou turismo orientado à natureza) e ecoturismo, bem como a indefinição em torno do que seja turismo ecológico ou ecoturismo.

Entre as primeiras definições destaca uma elaborada em 1983 pelo arquiteto Héctor Ceballos-Lascuráin, o primeiro a utilizar o termo ecoturismo, definiu o que por então era uma atividade emergente como: "Aquela modalidade turística ambientalmente responsável. Consistente em viajar ou visitar áreas naturais relativamente sem destruir com o fim de desfrutar, apreciar e estudar os atrativos naturais (paisagem, flora e fauna silvestres) de ditas áreas, bem como qualquer manifestação cultural (do presente e do passado) que possa ser encontrada aí, através de um processo que promove a conservação. Possui baixo impacto ambiental e cultural e propícia um involucramento ativo e socio-econômico benéfico das populações locais" (CEBALLOS- LASCURÁIN, 1998). Para Ceballos o ecoturismo é uma modalidade do turismo sustentável, que por sua vez se insere dentro do marco geral de desenvolvimento sustentável. Ceballos refere-se ao ecoturismo como um padrão de transformação de estruturas socio-econômica que otimiza os benefícios sociais e econômicos do presente, sem por em risco o potencial para obter benefícios no futuro.

Porém, acredita-se que o termo remonte a uma data ainda anterior, aparecendo no trabalho de Hetzer (1965), que o usou para explicar o intrincado relacionamento entre os turistas e os meio ambientes e culturas nos quais eles interagem. Hetzer identificou quatro pilares fundamentais a serem observados para se realizar uma forma mais responsável de turismo. São eles:

- Impacto ambiental mínimo;
- Impacto mínimo em - e respeito máximo às - culturas anfitriãs;
- Máximos benefícios econômicos para as comunidades de bases do país anfitrião;
- Satisfação "recreacional" máxima para os turistas participantes. (HETZER, 1965 citado por FENNELL, 2002).

Laarman e Durst, em sua antiga referência ao ecoturismo, definiram-no como "um turismo na natureza no qual o "viajante" é atraído a um destino por causa de seu

interesse em um ou mais aspectos da história natural desse destino. A visita combina educação, recreação e muitas vezes aventura” (LAARMAN; DURST, 1987 citado por FENNELL, 2002, p. 44).

Uma outra definição desses autores (LAARMAN; DURST, 1987 citado por FENNELL, 2002) identifica uma diferença conceitual entre ecoturismo e turismo na natureza. Reconhecendo as dificuldades em definir o turismo na natureza, eles estabeleceram um escopo estreito e outro mais amplo para essa definição. O mais estreito, dizem eles, refere-se aos operadores que promovem excursões orientadas à natureza. O mais amplo, entretanto, aplica-se ao turismo que utiliza os recursos naturais, inclusive praias e paisagens campestres. Em sua pesquisa, definem o turismo na natureza como aquele que “focaliza principalmente os recursos naturais relativamente intocados, como parques e áreas naturais, pantanais, reservas selvagens e outras áreas de flora, fauna e habitantes protegidos” (idem *ibidem*). Dessa perspectiva, parece que há certo consenso na literatura que descreve o ecoturismo como uma parte de um turismo mais amplo, baseado na natureza. Isso se torna evidente na discussão feita por Goodwin (1996 citado por FENNELL, 2002), o qual escreveu que o turismo na natureza:

Engloba todas as formas de turismo - turismo de massa, turismo aventura, turismo de baixo impacto, que utilizam os recursos naturais de uma forma selvagem ou não desenvolvida - inclusive espécies, habitats, paisagens, atrações aquáticas de água doce e salgada. O turismo na natureza é a viagem com objetivo de apreciar as áreas naturais não desenvolvidas ou a vida selvagem.

E inversamente, o ecoturismo é:

O turismo na natureza, de baixo impacto, que contribui à manutenção de espécies e habitats diretamente, por meio de uma contribuição à conservação e/ou indiretamente produzindo rendimentos para as comunidades locais, para que elas valorizem e, portanto, protejam suas áreas herdadas de vida selvagem como fonte de renda (GOODWIN, 1996 citado por FENNELL, 2002, p. 46).

Além das diferenças que aparecem no trabalho do Goodwin (citado por FENNELL, 2002), algumas das principais variáveis ou princípios que separam o ecoturismo da sua contrapartida o turismo na natureza, de uma base mais ampla, incluem-se o componente educativo e de sustentabilidade.

Ziffer (1989) identifica uma variedade de termos descritivos do ecoturismo, como viagem na natureza, viagem de aventura e viagem cultural, que são amplamente baseados em atividades; e também os termos que subentendem

valores, como turismo responsável, alternativo e ético, que levam em conta a necessidade de se considerar os impactos e as conseqüências das viagens. Ziffer considera que o turismo na natureza, não necessariamente ecologicamente correto em princípio, concentra-se na motivação e no comportamento do turista individual. E inversamente, o ecoturismo é muito mais difícil de praticar dada a sua abrangência mais ampla (inclui a necessidade de planejamento e a realização de projetos sociais). Ele define o ecoturismo como sendo assim:

É uma forma de turismo inspirada principalmente na história natural de uma área, inclusive sua cultura nativa. O ecoturista visita áreas relativamente não-desenvolvidas com o espírito de apreciação, participação e sensibilidade. O ecoturista utiliza os recursos naturais e de vida selvagem de forma não-predatória e contribui para a área visitada por intermédio de meios financeiros ou com seu esforço pessoal com o objetivo de beneficiar diretamente a conservação do local e o bem-estar econômico dos habitantes. A visita deve fortalecer a conscientização do ecoturista e sua dedicação às questões de conservação em geral e às necessidades específicas dos habitantes locais. O ecoturismo também pressupõe a prática de uma gestão pelo país ou região anfitriã, que se compromete a planejar e manter os locais com a participação dos habitantes locais, realizando um marketing apropriado, reforçando os regulamentos e usando os lucros do empreendimento para investir na gestão da área e no desenvolvimento da comunidade. (ZIFFER, 1989, p. 6).

Wallace e Pierce (1996, p. 848) também são bastante abrangentes, reconhecendo a importância de um amplo número de variáveis. Para esses autores o ecoturismo é:

A viagem a áreas naturais relativamente intocadas, para o estudo, o divertimento, ou a assistência voluntária. É a viagem em que há preocupação com a flora, a fauna, a geologia e os ecossistemas de uma área, assim como as pessoas (guardiãs) que vivem nas vizinhanças, suas necessidades, sua cultura e seu relacionamento com a terra. O ecoturismo encara as áreas naturais como “a casa de todos nós” num sentido global (“eco” significando “casa”), mas também especificamente a “casa dos habitantes das vizinhanças”. Ele é visto como uma ferramenta para a conservação e o desenvolvimento sustentável - especialmente nas áreas onde a população local é solicitada a abrir mão do uso predatório dos recursos naturais em favor de outros tipos de uso.

Outro impasse refere-se à utilização dos termos, ecoturismo e turismo ecológico. Segundo Selva e Coutinho (2000, p. 26) “este é o resultado de um descompasso entre teoria e prática, ou ainda, a diferença entre o que é proposto pelo departamento responsável pelo turismo (no Brasil) e o que é efetivamente realizado”. A diferença residiria, então, nas propostas, especialmente no que concerne a questões relacionadas com a comunidade local e aos requerimentos

básicos para efetivação da atividade: planejamento, localização, capacidade de carga, infra-estrutura adequada, regulamentação, segurança, interação com a comunidade local. Esses autores definem o turismo ecológico como o segmento no qual seus sujeitos - turistas e promotores de viagens - procuram o contato direto com ambientes naturais diversos, sem a preocupação com o equilíbrio ecológico, ou a compreensão das interações e as dinâmicas estabelecidas no ambiente.

Ainda Selva e Coutinho (2000, p. 27), afirmam que “o termo ecoturismo, por sua vez, surge para designar a modalidade de turismo cujas bases apóiam-se nas propostas do desenvolvimento sustentável: comprometimento com as gerações futuras, justiça social e eficiência econômica; considerando o ambiente nas suas múltiplas conexões - naturais, econômicas, sociais e culturais”. Em face desta discussão, os autores enunciam as seguintes questões:

- Existe um ecoturismo e um turismo ecológico?
- Qual seria, o termo mais apropriado para referir-se ao turismo que, ao consumir paisagem de ambientes preservados, busca contribuir para o desenvolvimento harmônico do lugar onde se desenvolve?

No Brasil, a discussão em torno do turismo sustentável e ecoturismo é semelhante à de outros países. A mais citada definição foi criada em 1994 pelo grupo multidisciplinar que elaborou o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” para a EMBRATUR. De acordo com esta definição, ecoturismo é:

(...) um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994).

Segundo o Fundo Mundial para a Natureza -WWF- Brasil (2001, p. 18), o ecoturismo deve ser visto como um tipo de turismo responsável e pode ser descrito como o turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais e gerando benefícios para elas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade.

Apesar do grande número de literatura surgido ultimamente sobre o tema ecoturismo, nesta pesquisa ocorre a formatação da proposta de Miecskowski (1995), que considera o ecoturismo uma forma de turismo alternativo (TA) reconhecendo o

conjunto: cultural, educacional, científico, de aventura e de agroturismo, envolvendo os subconjuntos: rural e fazenda (consultar figura 1, p. 20).

2.6.2 Tipos de ecoturismo

No quadro 4 a seguir, tem-se a sistematização dos tipos e atividades ecoturísticas, e na página seguinte, na Figura 5, a face mutante do ecoturismo.

Quadro 4 - Tipos e Atividades Ecoturísticas

Tipos de Ecoturismo	Atividades Ecoturísticas
Ecoturismo Científico	Estudos e Pesquisas Científicas em botânica, arqueologia, paleontologia, geologia, zoologia, biologia, ecologia, etc.
Ecoturismo Educativo	Observação da vida selvagem (fauna e flora), interpretação da natureza, orientação geográfica, observação astronômica.
Ecoturismo Lúdico e Recreativo	Caminhadas, acampamentos, contemplação da paisagem, banhos e mergulhos, jogos e brincadeiras, etc.
Ecoturismo de Aventura	“Trekking”, montanhismo, expedições, contatos com culturas remotas, etc.
Ecoturismo Esportivo	Escalada, canoagem, “rafting”, bóia cross, rapel, “surf”, vôo livre, balonismo, etc.
Ecoturismo Étnico	Contatos e integração cultural do ecoturista com populações autóctones (primitivas/nativas) que vivem em localidades remotas em estreita relação com a natureza.
Ecoturismo Naturista	Prática do “Nudismo” ao ar livre junto à natureza.

Fonte: Pires, P.S.1998

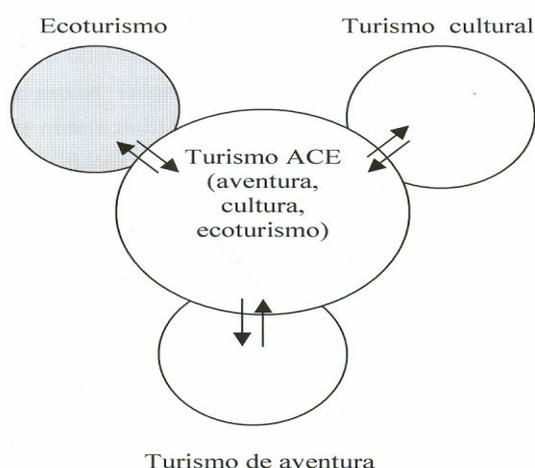


Figura 5 - A Face Mutante do Ecoturismo
 Fonte: Fennell, 2002, p.62.

2.6.3 Impactos do ecoturismo

Como quaisquer atividades econômicas podem produzir impactos benéficos ou negativos. Há que se lembrar, entretanto, que tanto os positivos ou negativos são potenciais, isto é, dependem fundamentalmente do modo como seu planejamento, implantação e monitoramento forem organizados e realmente usados. RUSCHMANN (1997) ressalta que os impactos do turismo se referem à gama de modificações ou à seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras, e que eles são conseqüências de um processo de interação entre turistas, comunidade e meios receptores.

No documento, Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo-MICT/MMA (1994), destaca que o ecoturismo, sendo uma atividade econômica, produz impactos negativos e positivos, em princípio relacionados a danos potenciais ao meio ambiente e à comunidade e, por outro lado, os benefícios sócio-econômicos e ambientais, esperados em níveis regional e nacional.

Com efeito, a fragilidade dos ecossistemas naturais, muitas vezes, não comporta um número elevado de visitantes e, menos ainda, suporta o tráfego excessivo de veículos pesados. Por outro lado, a infra-estrutura necessária, se não atendidas normas pré-estabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais florísticos e faunísticos.

O alijamento das populações locais se configura, também, como outro risco, pois a presença de operadores, quase sempre sem nenhuma relação orgânica com a região, pode gerar novos valores incompatíveis com os comportamentos locais, ocasionando conflitos de ordem cultural e de outras ordens.

Em contrapartida aos riscos ambientais e comunitários, o ecoturismo apresenta significativos benefícios econômicos, sociais e ambientais, tais como:

- Diversificação da economia regional, através da indução do estabelecimento de micros e pequenos negócios;
- Geração local de empregos e rendas;
- Fixação da população no interior;
- Melhoramento das infra-estruturas de transporte, comunicação e saneamento;
- Criação de alternativa de arrecadação para as Unidades de Conservação;
- Diminuição do impacto sobre o patrimônio natural e cultural;
- Diminuição do impacto no plano estético-paisagístico;
- Melhoria nos equipamentos das áreas protegidas.

Dessa forma, a compatibilidade do ecoturismo com o dimensionamento do número de visitantes e do fluxo de transportes, a adoção de parâmetros para implantação da infra-estrutura, o respeito e valorização da cultura local são condições básicas e imprescindíveis para o desenvolvimento harmônico da atividade.

2.6.4 Princípios do Ecoturismo

Os princípios básicos do ecoturismo, relacionados a seguir são uma adaptação da Conferência Global 90, Corrente Turística, Estratégia de Ação, adotada em Vancouver, no Canadá:

- O ecoturismo estimula a compreensão dos impactos do turismo sobre o meio natural, cultural e humano;
- O ecoturismo assegura uma distribuição justa dos benefícios e custos;
- O ecoturismo gera emprego local, tanto diretamente no setor de turismo, como em diversos setores da administração de apoio e de recursos;
- O ecoturismo estimula as indústrias locais rentáveis - hotéis e outras instalações de alojamento, restaurante e outros serviços de alimentação, sistema de transporte, produção de artesanato e serviços de guia;

- O ecoturismo gera divisas estrangeiras para o país e injeta capital e dinheiro novo na economia local;
- O ecoturismo diversifica a economia local, particularmente nas áreas rurais, onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente;
- O ecoturismo busca a tomada de decisões em todos os segmentos da sociedade, inclusive nas populações locais, de modo que o turismo e outros usuários dos recursos possam coexistir. O ecoturismo incorpora o planejamento e o zoneamento, assegurando o desenvolvimento turístico apropriado para a capacidade de sustentação do ecossistema;
- O ecoturismo estimula a melhoria do transporte, da comunicação e de outros elementos da infra-estrutura comunitária local;
- O ecoturismo cria instalações recreativas que podem ser usadas pelas comunidades locais, pelos visitantes domésticos e internacionais. Também estimula, auxiliando seu custeio, a preservação dos sítios arqueológicos e de edifícios e bairros históricos;
- O ecoturismo estimula o uso produtivo das terras marginais para a agricultura, permitindo que grandes áreas conservem sua cobertura de vegetação natural;
- O ecoturismo aumenta a auto-estima da comunidade local e proporciona a oportunidade de maior entendimento e comunicação entre pessoas de diversas origens;
- O ecoturismo demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para o bem-estar econômico e social da comunidade, podendo ajudar a preservá-los;
- O ecoturismo monitora, avalia e administra os impactos do turismo, desenvolve métodos confiáveis de contabilidade ambiental e calcula qualquer efeito negativo.

A teoria fala dessa forma, porém o que se observa é que a maioria dos princípios é ignorada.

2.6.5 Infra-Estrutura para o Desenvolvimento do Ecoturismo

Segundo Barreto (2000, p. 48), a infra-estrutura turística refere-se ao conjunto de bens e serviços que estão à disposição do turista, como parte integrante, fundamental ou acessória, do fenômeno turístico. A infra-estrutura turística de um núcleo abrange a infra-estrutura de acesso, a infra-estrutura urbana básica, os equipamentos e serviços turísticos, os equipamentos e serviços de apoio e recursos turísticos. A soma e o inter-relacionamento desses elementos será a infra-estrutura que a cidade possui para o turismo.

Equipamentos turísticos são aquelas instalações básicas para o turismo, sem as quais ele não existe. São construídas quase que exclusivamente por causa dele. Hotéis, alojamentos extra-hoteleiros, transportadoras, agências de viagens e de transportes.

Serviços turísticos são aqueles serviços que justificam sua existência quase que exclusivamente em virtude do turismo. Podem requerer equipamento ou ser oferecidos por autônomos. Guias, hospedagem, transporte e recreação.

Equipamentos de apoio são aquelas instalações que existem para atender a outras necessidades da comunidade, mas que são de muita utilidade (algumas imprescindíveis) para o turismo. Postos de gasolina, rede gastronômica, rede de diversões, hospitais, farmácias, bancos, casas de câmbio, lojas de suvenires e de objetos afins ao local.

Serviços de apoio são aqueles que atendem a outros segmentos da sociedade, mas são também usados pelo turista. Alimentação, assistência médica, serviços mecânicos e de socorro, expedição de documentos, bombeiros, telefones.

Infra-estrutura de acesso são estradas, os aeroportos ou portos que permitem o acesso ao núcleo.

Infra-estrutura urbana são as ruas, as sarjetas, água, esgoto, luz, asfalto, limpeza pública.

As infra-estruturas, que suportam a atividade ecoturística, têm como funções principais: apoiar e orientar os visitantes, limitar e reduzir os impactos gerados pelas atividades desenvolvidas, bem como a criação de uma “imagem de marca” do empreendimento. Elas devem permitir ao visitante usufruir e ao mesmo tempo aprender e compreender o funcionamento e o significado dos atrativos ecológicos à sua disposição.

O planejamento e a dimensão das infra-estruturas devem considerar os seguintes fatores:

- Tipo de utilização prevista para o local;
- Qual a quantidade e qualidade do solo e de água disponíveis;
- Qual a capacidade do local para suportar as estruturas e as atividades dos visitantes, sem que haja deterioração dos ecossistemas;
- Possibilidade de manutenção das estruturas, em termos de materiais e/ou de pessoal.

O planejamento das infra-estruturas deve atender não só à satisfação das necessidades dos visitantes, mas também e principalmente às necessidades de gestão da área intervencionada, ou seja, as instalações de ecoturismo baseados nos princípios da sustentabilidade.

A definição das infra-estruturas necessárias depende dos objetivos, dimensão e natureza de cada projeto de investimento, sendo certo que deverão ser satisfeitas as necessidades dos visitantes e de gestão.

Segundo Fennell (2002), o interesse no design sustentável do ecoturismo, decolou no início dos anos 90 com o primeiro Simpósio do Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos. A publicação examina a monitoria, os recursos naturais e culturais, o design do local, dos edifícios, a gestão da energia, o abastecimento de água, a disposição de resíduos e as operações das instalações e sua manutenção, em uma visão geral do design sustentável.

Andersen (1993, 1994 citado por Fennell, 2002), considera que junto com os códigos de ética ambientais deve ser usado um design de baixo impacto das instalações de ecoturismo para que sejam verdadeiramente sustentáveis - uma abordagem que implicará uma reelaboração completa do design convencional dos arquitetos. Andersen defende que alguns princípios que incluem questões organizacionais (vulnerabilidade ecológica da área), questões de planejamento do local (potencial de carga dos atrativos), questões de design dos edifícios (manutenção do ecossistema tem prioridade sobre uma bela vista), as questões de utilização da energia e da infra-estrutura (considerar o uso de fontes solar ou eólica passiva ou ativa sempre que possível), questões de disposição dos resíduos (prever instalações para reciclagem) e avaliação (necessidade de prever acomodações para hóspedes idosos e/ou deficientes físicos).

Para muitas pessoas, basta o prefixo *Eco* agregado ao início de algum termo, para que este seja considerado “ecologicamente correto” e carregue consigo todos os atributos benéficos desse substantivo. E com o ecoturismo não é diferente. O termo *Eco* vem sendo utilizado de forma tão indiscriminada ultimamente, que é possível até se encontrar um posto de gasolina intitulado *Ecoposto* (fato observado em estradas pelo Brasil). Essa tendência “verde” é constatada, desde meados da década de 1980, como grande oportunidade mercadológica. Aqueles que compreendessem a grande lucratividade gerada através do desenvolvimento de produtos, que atendessem a necessidade das pessoas em contribuir para a melhoria do meio ambiente e criassem produtos para suprir essa nova necessidade do consumidor, multiplicariam seus lucros. Com isso espalharam-se *Ecos* por todos os lados, inclusive no Turismo.

Os conceitos mais aceitos internacionalmente, de Ziffer, Ceballos-Lascuráin, assim como os de âmbito nacional referidos, da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), do Instituto do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis (Ibama) e outros, embasam-se sempre em torno de temas como a preocupação com os impactos sócio-culturais, ambientais e econômicos; a questão da educação ambiental e a integração das comunidades locais no planejamento e na gestão da atividade. E esses temas, como não poderiam deixar de ser, estão concomitantemente envoltos pelo paradigma da sustentabilidade.

Assim podemos dizer que o verdadeiro ecoturismo respeita e se preocupa com a integração da população nativa, usa racionalmente os recursos disponíveis, é seguro tanto às pessoas envolvidas quanto ao ecossistema em questão e garante a sustentabilidade econômica, social e ecológica de uma região. Ele deve ser fomentador da preservação da diversidade sócio-cultural e ambiental do país.

Além de tudo isso, o ecoturismo é instrumento responsável por experiências multisensoriais enriquecedoras da condição humana. Por desenvolver-se em meio natural, o ecoturismo é capaz de proporcionar ao seu praticante, oportunidades de resgatar seus vínculos ancestrais e integrá-lo ao meio ambiente de forma tal, que demonstrará ao indivíduo que ele também é natureza. Traduz a simbiose homem-natureza como princípio da qualidade de vida.

2.7 Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC

A proteção do meio ambiente constitui uma prioridade de todas as nações, após séculos de utilização irracional dos recursos naturais, compostos pela legislação ambiental brasileira, pela determinação das categorias de unidades de conservação.

A formação histórica da idealização de áreas naturais teve seu princípio na Europa na Idade Média, para proteger os recursos para a realeza e a aristocracia rural. Mas na Ásia, já se via o registro de proteção à natureza, com bases religiosas, acreditavam que o homem não tinha direito sobre o meio natural.

Contudo, os primeiros movimentos concretos com a participação do público foi após a revolução industrial, com o acúmulo de trabalhadores que precisavam de lugares para descansar. Mas a idéia de proteção se difundiu pelo mundo, influenciados pela criação do primeiro parque nacional, o “Yellowstone” nos Estados Unidos, criado em 1872, com o objetivo de proteger a beleza cênica do local, as maravilhas da natureza, para as novas gerações. De acordo com Oliveira (2002), era uma área determinada para a preservação e lazer. Novos países, em função da criação do primeiro parque, concretizaram a formulação de áreas protegidas, para garantir os recursos naturais delineados de paisagem de grande beleza e originalidade.

As pesquisas científicas ocorreram em um processo lento e dificultoso pelos movimentos em função do preservacionismo, tomando características específicas em cada país, pela formação da população, da legislação e da formação de seus ecossistemas.

Em 1948 aconteceu à criação por dezoito países da União Internacional para a proteção da natureza, a partir de 1956, na escócia, passou a chamar-se União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), papel de definição, atualização e desenvolvimento das áreas protegidas para o planejamento e manejo dessas áreas. Para Oliveira (2002) foi uma contribuição relevante à conservação dos elementos naturais e ao desenvolvimento regional e local de onde estão localizadas as áreas de preservação.

A nova visão se formaliza atualmente na preservação da biodiversidade, suas funções naturais e de grande beleza cênica, na construção e promoção de pesquisas científicas, da educação ambiental, do ecoturismo e do desenvolvimento

regional e local, de maneira planejada com todos os elementos que caracterizam o meio natural, inserindo legislação e política na conservação da natureza.

Assim Cressan afirma sobre conservação:

A conservação é definida como gestão da biosfera pelo ser humano, de tal sorte que produza o maior benefício sustentado para as gerações atuais, mas que mantenha sua potencialidade para satisfazer as necessidades e às aspirações das gerações futuras. (1996, p. 29).

No Brasil a delimitação de áreas de conservação, distribuídas pelo território é atribuição constitucional do poder público, sendo de competência de todos os entes do país. O conhecimento efetivo das áreas de proteção, a sistematização das categorias de Unidade de Conservação - UC , constitui a base primordial para um planejamento e gestão das áreas protegidas, providencial com o projeto de criação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza -SNUC (Lei N°. 9.985, de 18.7.2000), formulando um novo sistema a base constitucional das UC's. O SNUC institui o conjunto para integração na definição, uniformização e consolidação, para estabelecer critérios de administração e manejo das UC's, a nível federal, estadual e municipal. Assim atende as particularidades regionais e locais enquadradas nas categorias formuladas no SNUC, com objetivos definidos pelas leis. O SNUC constitui os seguintes objetivos:

- A manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos;
- A proteção das espécies ameaçadas de extinção, dos recursos hídricos e edáficos, das paisagens e de características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, paleontológica e cultural;
- A preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais, bem como a recuperação dos ecossistemas degradados;
- O desenvolvimento sustentável, por meio da valorização econômica e social da diversidade biológica;
- A garantia á subsistência das populações tradicionais, valorizando sua cultura e promovendo-as social e economicamente por meio da utilização de princípios de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- A promoção de atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental, de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de ecoturismo.

A concretização desses objetivos em áreas protegidas fica sob a competência da administração pública, através de seus órgãos, a Comissão Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, acompanhando a implementação do SNUC; sob a coordenação geral do Ministério do Meio Ambiente - MMA; e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais renováveis - IBAMA, com a função de subsídios a criação das UCs, na implementação do SNUC, com a administração, manejo, fiscalização e proteção das Unidades de Conservação federais, juntamente com os órgãos estaduais e municipais, na busca de uma integridade natural, econômica e humana nas áreas de proteção.

O desenvolvimento do processo produtivo em busca de um Brasil “potência”, através do povoamento no interior do país, com a expansão da fronteira agrícola, investimentos para a modernização da indústria com novos pólos, a construção de usinas hidrelétricas, foram os aceleradores do pensamento que visava à política de conservação, pois as buscas do crescimento da economia brasileira nas políticas de grandes projetos, geravam grandes impactos sobre o meio natural, por ser mal planejados e mal dimensionados.

Portanto, tem-se buscado estabelecer processos decisórios para assegurar a proteção e conservação da natureza, visando manter a diversidade biológica e minimizar a interferência humana, além de promover a manutenção dos ecossistemas através das Unidades de conservação.

Unidade de conservação são áreas que visam proteger o meio natural, os bancos genéticos de fauna e flora, permitindo a pesquisa, a educação e a utilização humana racional dos recursos, protegem os recursos hídricos, a diversidade dos ecossistemas, suas paisagens, os valores culturais e humanos lá inseridos, atendendo as necessidades da sociedade atual em suas contribuições econômicas nos ciclos ambientais.

Uma Unidade de Conservação é definida por lei como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regimes especiais de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (IBAMA).

As Unidades de conservação no Brasil são divididas por modalidades: Unidades de Proteção Integral; Unidades de Uso Sustentável; Reserva Particular do

Patrimônio Natural. Utilizadas para a implantação de estudo e gestão ambiental em nível federal, estadual, municipal e particular.

As Unidades de Proteção Integral têm como finalidade a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, inserindo-se as seguintes categorias: Estações Ecológicas (ESC's), Reservas Biológicas (REBO's), Parques Nacionais (PARNA's), Monumentos Naturais e Refúgios de Vida Silvestre.

As Unidades de Uso Sustentável tem como finalidade a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis, de forma socialmente justa e demais atributos ecológicos, inserindo-se as seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental (APA's), Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE's), Florestas Nacionais (FLONA's), Reservas Extrativistas (RESEX's), Reservas de Fauna e Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a biodiversidade biológica.

Descritos nos quadros 5, 6 e 7 as categorias de manejo das Unidades de conservação.

Quadro 5 – Categorias de UC's do Grupo de Proteção Integral

Categorias	Objetivos	Domínio	Uso público
Estação Ecológica	Preservação da natureza e pesquisa científica	Público	Visitação proibida, exceto para educação ambiental com previsão no plano de manejo; pesquisas condicionadas á prévia autorização. Permissão de: alterações dos ecossistemas no caso de medidas que visem à restauração de ecossistema modificado; manejo de espécies com o fim de preservar a biodiversidade; coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas; e pesquisas científicas, desde que, sendo o seu impacto sobre o ambiente maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, essas pesquisas restrinjam-se a uma área correspondente a no máximo 3% da extensão total da unidade e até o limite de 1.500 ha.
Reserva Biológica	Preservação integral da biota	Público	Visitação proibida, exceto para educação ambiental, conforme regulamento; pesquisas condicionadas á prévia autorização. Admissão de modificações ambientais que representem medidas de recuperação de ecossistemas alterados ou ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a biodiversidade e os processos ecológicos naturais.

Continuação	Quadro 05		Categorias de UC's do Grupo de Proteção Integral
Parque Nacional	Preservação, pesquisa, educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico.	Público	Visitação condicionada ao plano de manejo, às normas do órgão administrador e ao regulamento; pesquisas condicionadas à prévia autorização.
Monumento Natural	Preservação de sítios naturais raros, de singularidades ou de grande beleza.	Público ou privado	Visitação condicionada ao plano de manejo, às normas do órgão administrador e ao regulamento.
Refúgio de vida Silvestre	Proteção de ambientes naturais para assegurar a existência e reprodução de espécie ou comunidades da flora local ou da fauna residente ou migratória e pesquisa científica.	Público ou privado	Visitação condicionada ao plano de manejo, às normas do órgão administrador e ao regulamento; pesquisa condicionadora à prévia autorização.

Fonte: SNUC - Lei Nº. 9.985, de 18.7.2000

Quadro 6 – Categorias de UC's do Grupo de Uso Sustentável

Categorias	Objetivos	Domínio	Uso público	Características
Áreas de Proteção Ambiental	Proteger a biodiversidade, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.	Público ou privado	Visitação e pesquisa em condições estabelecidas pelo órgão gestor da unidade ou pela propriedade privada.	Área em geral externa, com ocupação humana, de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para as populações humanas.
Área de Relevante Interesse Ecológico	Manter os ecossistemas naturais e regular o uso das áreas, compatibilizando-o com a conservação da natureza.	Público ou privado	Não há previsão.	Área em geral pequena, com reduzida ou nenhuma ocupação humana, de características naturais extraordinárias ou com exemplares raros de biota regional.
Floresta Nacional	O uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica	Público	Admissão da permanência de populações tradicionais preexistentes; visitação condicionada ao plano de manejo; pesquisa condicionada à prévia autorização.	Área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativa.

Continuação	Quadro 6			Categorias de UC's do Grupo de Uso Sustentável
Reserva Extrativista	Proteger os meios de vida e a cultura das populações; assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.	Público	Visitação condicionada ao plano de manejo; pesquisas condicionadas à prévia autorização; uso pelas populações tradicionais, definido em contrato, com a exploração comercial de madeira permitida somente de forma sustentável e complementar; vedadas à exploração de recursos minerais e a caça.	Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja consistência baseia-se no extraordinário e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte.
Reserva de desenvolvimento sustentável	Preservar a natureza, assegurando as condições para a reprodução de técnicas produtivas ambientalmente sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.	Público	Visitação condicionada ao plano de manejo; pesquisas condicionadas à prévia autorização; uso, pelas populações tradicionais, definido em contrato; exploração dos componentes dos ecossistemas naturais e substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis condicionadas ao plano de manejo.	Área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais.

Fonte: SNUC - Lei Nº. 9.985, de 18.7.2000

Quadro 7 – Categorias de UC's do Grupo de Uso Particular

Categorias	Objetivos	Domínio	Uso público	Características
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Preservar a biodiversidade.	Privado; áreas privadas gravadas com perpetuidade.	Pesquisa científica; visitas turísticas, recreativas ou educacionais.	Os órgãos integrantes do SNUC, sempre que possível e oportuno, prestarão orientação técnica e científica ao proprietário de reserva particular do patrimônio natural para a elaboração de projetos de proteção e gestão da unidade.

Fonte: SNUC - Lei Nº. 9.985, de 18.7.2000

Segundo dados do Ministério do meio ambiente, o Brasil possui 8,3% de sua superfície em áreas protegidas. Destas áreas de proteção existem muitas criadas apenas no papel, por decreto governamental, mas não efetivamente manejadas na prática.

O Fundo Mundial para a Natureza (WWF), afirma que a superfície total das unidades de conservação, concretizadas e implementadas na prática representa 0,4% da superfície total do Brasil (WWF, 2001). As áreas protegidas caracterizam uma pequena parcela de porcentagem do território do país, e encontram barreiras no sentido econômico e humano, no processo de educação ambiental, conscientização da população local, esforço de planejamento dos órgãos públicos na concretização das unidades de conservação.

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC do Estado de Goiás foi criado pela Lei Estadual 14.247, de 29 de julho de 2002 durante a execução da primeira fase do Acordo de Empréstimo entre o Banco Mundial e o Estado de Goiás para o Programa de Gerenciamento Rodoviário do Estado de Goiás. O Estado de Goiás possui hoje 4,8 % de seu território recoberto por Unidades de Conservação, sendo elas das esferas federal, estadual, municipal e propriedades privadas.

Em 2000, a área total recoberta por UCs (federais, estaduais, municipais e particulares) era de 475.166,89 hectares, tendo esta área aumentada para 1.633.887,52 hectares até novembro de 2006 – um aumento de aproximadamente

de 300% em área protegida legalmente por UC. As definições do SEUC são baseadas no SNUC.

2.8 Parque Estadual da Serra Dourada

Com pensamentos ambientais desenvolvidos no Brasil, na década de 1990, foi manifestada pela população das cidades próximas a Serra Dourada, a criação de uma unidade de conservação de proteção da biodiversidade do cerrado na região, garantindo o equilíbrio, baseado em espécies ameaçadas e endêmicas, e a utilização sustentável de muitos recursos.

Em 1998 foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra Dourada (DR° SULIVAN SILVESTRE), composta somente 45 km de comprimento, e 30km de largura (Lima, 2003), assim não atingindo os vales da Serra Dourada, as diversas nascentes, os recursos hídricos, espécies (flora e fauna) da região.

A “Área de Proteção Ambiental Serra Dourada” teve seus limites ampliados no ano 2000, com área total de 16.851 mil hectares, pelo decreto 5.169 de 28/01/2000, onde abrange os municípios de Goiás e Mossâmedes, entre a GO – 070 (rodovia de acesso à cidade de Goiás) e seguindo o espigão da Serra Dourada até a proximidade do município de Buriti de Goiás, com responsabilidade da Agência Ambiental, de criar e implementar as unidade de conservação.

No alto da Serra, está situada desde o ano de 1996, a Reserva Biológica da Unidade Federal de Goiás “PRF. Dr° JOSÉ ÂNGELO RIZZO”, doada pelo governo estadual, destinada a pesquisa, com uma área de 5 mil hectares.

A altura da Serra Dourada varia desde 726 metros à 900 metros, até o ponto mais alto da Serra Dourada no topo, na formação de um “paredão” de rocha com 1080 metros de altitude, e as coordenadas geográficas com a variação de 16° 06’ 02” de latitude sul, a latitude 16° 03’ 52” sul, e longitude 50° 10’ 59”; 50° 10’ 12” a oeste, segundo, aula campo, dos acadêmicos do curso de geografia da Unidade Universitária “Cora Coralina” (UEG), no ano de 2004. Delimitando os dados acima na área apta a visita.

No ano de 2003, em 5 de junho, através do decreto 5.768 (vide decreto em anexo), foram realizados estudos na área, consultas públicas, com a participação da Agência Ambiental, políticos locais e população, para organizar as bases estruturais, para a construção de unidade de conservação de proteção integral, desde a entrada

até o traçado das trilhas, criando o Parque Estadual da Serra Dourada, através do Governo de Goiás, secretaria do Meio Ambiente e Agência Ambiental.

Embora a criação do Parque, ele ainda necessita ser devidamente implantado e mantido, dessa maneira Oliveira (2002, p. 235) afirma que:

As unidades existentes não conseguem alocar recursos suficientes e contínuos para a implantação de infra-estrutura, manutenção, treinamento e contratação de pessoal suficiente e capacitado para as atividades de manejo.

Os aspectos físicos da área da Serra Dourada configuram-se, das faixas de dobramentos do ciclo brasileiro, como serras residuais em razão de sua formação por resíduos das antigas dobras (orogêneses), são estreitos e alongados, sustentados por rochas metamórficas, com predominância de quartzitos.

A Serra Dourada é berço de algumas bacias hidrográficas, sendo importante divisor entre duas bacias, a platina (os cursos originados no declive suave no reverso formam a bacia do Paranaíba) na face sul, o rio Uru e o rio Fatura (Mossâmedes) forma ao norte a bacia Tocantins. No reverso, caracteriza o córrego cafundó que abastece a população de Mossâmedes.

A área do Parque Estadual da Serra Dourada abrange a maior parte da Área de Proteção Ambiental “Dr. Sullivan Silvestre”. Com uma área de 30.000 hectares, o Parque Estadual da Serra Dourada é o segundo maior parque do Estado, possuindo vários atrativos e pontos de beleza cênica como cachoeiras, afloramentos rochosos e diversidade de cobertura vegetal e faunística, constituindo-se como um verdadeiro patrimônio ecológico para o Estado de Goiás. Na figura 6 abaixo, o mapa de localização do PESD e na figura 7, imagem satélite do PESD.

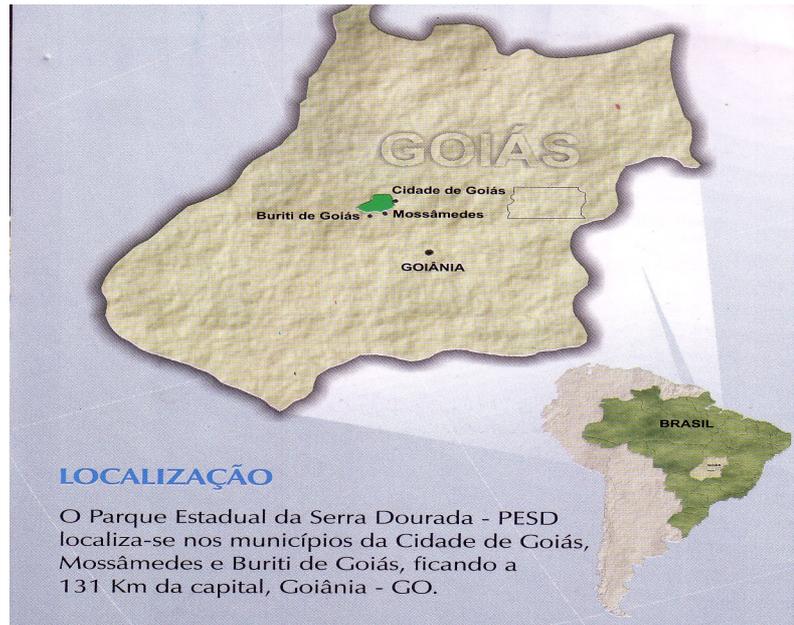


Figura 6 - Mapa de Localização do PESD

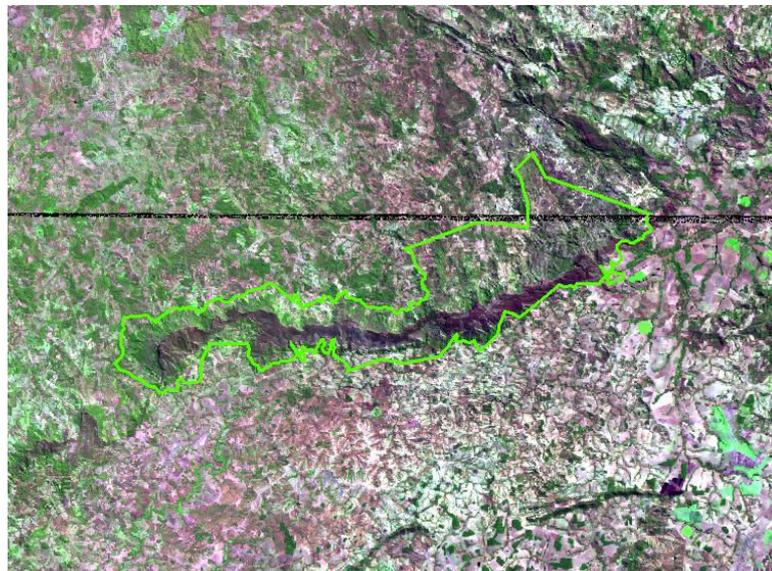


Figura 7 – Imagem Satélite do PESD

2.9 Caracterização da Cidade de Mossâmedes

A cidade de Mossâmedes segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) está situada na região centro-oeste do Brasil, no estado de Goiás, localizada nas coordenadas geográficas de 16° 10' 5" de latitude sul e 5° 25' 5" de longitude oeste, com uma altitude aproximadamente de 750 metros, acima do nível do mar, possui um clima tropical de savana (Cerrado), com uma temperatura média de 24° C e variando entre 10°C e 39°C, distante a 153 km da capital do estado (Goiânia), situado na mesma região do centro goiano, fazendo limites com os seguintes municípios: a norte – Goiás; a leste – Itaberaí; a oeste – Buriti de Goiás; a sudeste – Americano do Brasil e a sudoeste – Anicuns e Sanclerlândia, e é servida pela rodovia GO – 164 e pela GO – 326 (Figura 9).

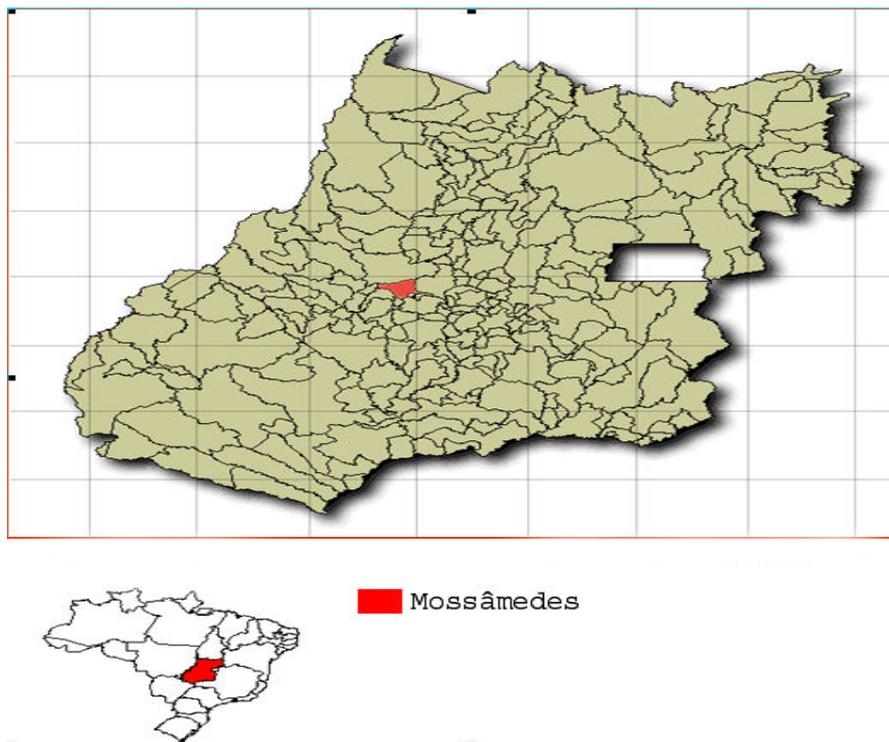


Figura 8: Localização do Município de Mossâmedes

Mossâmedes teve seu início marcado pela presença indígena que deram os primeiros traços à cidade, com o objetivo do então governador de Goiás, de construir um aldeamento, pois a capitania de Goiás possuía grandes quantidades de índios. A partir desse contexto histórico só restava ao governador partir em busca de uma

relação mais harmônica com os índios, resultando na criação de um aldeamento, sendo Mossâmedes originária dessa política (CAETANO, 2005).

No entanto, o que se pretendia com este alojamento de índios, era torná-los pacíficos, fazendo com que contribuíssem economicamente através do trabalho na agricultura.

Em 1774, nos contrafortes da Serra Dourada foi reedificado, o aldeamento habitado pelos índios Caiapós, pelo então governador da capitania de Goiás Capitão General D. José de Almeida Vasconcelos Soveral de Carvalho, o “Barão de Mossâmedes”, para ser residência e local de escravização dos índios. Passou a denominação aldeia de São José de Mossâmedes, em homenagem ao seu fundador, José de Almeida Vasconcelos S. de Carvalho e ao santo de sua devoção “São José”. Das construções da época restou a Igreja de São José de Mossâmedes (Figura 9), erguida por mão-de-obra escrava, construída no centro do povoado (CAETANO, 2005).



Figura 9: Igreja Matriz São José de Mossâmedes

Em 1º de Setembro de 1780 o bispo do Rio de Janeiro, D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Branco, que tinha jurisdição na capitania de Goiás, criou a freguesia de São José de Mossâmedes, desligando-a da cidade de Goiás, transformando-a em Julho de 1845 em distrito pertencente ao município de Goiás, em 3 de Outubro de 1948 passou a denominar-se somente Mossâmedes. Foi

elevado á categoria de município em 14 de Novembro de 1953, através da lei estadual N° 772.

A partir de 1830, Mossâmedes passou por algumas modificações e alterações em seu espaço geográfico, com a chegada de migrantes, principalmente de Minas Gerais, transformando o município com base na agricultura familiar com inúmeras pequenas propriedades (CAETANO, 2005). Caracterizado com a ocupação do interior do país e a política de ocupação do território Goiano.

O município de Mossâmedes, por ser pequeno e de economia baseada na agricultura familiar, vem sofrendo diversos problemas em função de não ter se enquadrado de forma significativa no modelo moderno de agricultura, essa tecnologia tem chegada de forma lenta.

De acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população mossamedina no Censo de 2007, é composta por 5.013 habitantes. Atualmente Mossâmedes tem apresentando um processo de crescimento demográfico insatisfatório, porque grande parte da população se converge para Goiânia, em busca de melhores oportunidades de trabalho e de estudo (IBGE, 2007).

A base comercial da cidade é caracterizada por estabelecimentos de pequeno porte, proporcionando pequena quantidade de emprego, gerenciados em sua maior parte pela própria família. O que resulta à saída da população para outros centros urbanos, principalmente a população jovem.

Mossâmedes possui duas escolas estaduais sendo a: Escola Ilídia Maria Perilo Caiado, atendendo a primeira fase do ensino fundamental (primário), funcionando nos turnos matutinos e vespertinos. E o Colégio Estadual “Barão de Mossâmedes” com ensino fundamental e médio, funcionando nos três turnos (matutino, vespertino e noturno), sob a orientação da Sub-Secretaria de Goiás.

Há três escolas municipais, sendo que duas estão localizadas na cidade de Mossâmedes e uma no povoado de Mirandópolis.

Mossâmedes conta somente com uma escola da rede particular, Escola Aldeia de São José de Mossâmedes, que trabalha com o método Sistema Positivo de Ensino – SPE, funcionando no turno vespertino atendendo apenas a primeira fase do ensino fundamental.

Contudo, Mossâmedes atende satisfatoriamente, tanto os alunos da rede urbana quanto da zona rural, que são conduzidos diariamente por transportes escolares estaduais e municipais.

2.10 Aproveitamento de Unidades de Conservação para a exploração do ecoturismo

As modalidades de turismo denominadas como alternativas surgiram a partir da década de 1970 como uma opção ou uma reação ao turismo de massa, quando começam a se evidenciar os problemas por ele provocados e a serem discutidos novos tipos de turismo de menor impacto sobre o meio ambiente e as comunidades anfitriãs.

Desta forma, a crescente preocupação diante das questões relacionadas aos impactos sócio-econômicos, culturais e ambientais do turismo e as primeiras manifestações de repúdio ao modelo predatório e excludente vão influenciar a concepção de novas idéias e princípios para a reorientação do turismo dentro de uma nova ordem ética. Segundo Pires (1998, p.38), “as manifestações da contracultura, os movimentos de libertação e as bandeiras do ambientalismo foram acontecimentos de larga repercussão e significado para a contextualização das propostas por um ‘turismo alternativo’ enquanto movimento de reação ao ‘turismo massificado’ então dominante”.

A partir da década de 1970 a qualidade do ambiente começa a constituir elemento de destaque do produto turístico, e a natureza e seus componentes tornam-se pretextos para a descoberta, a educação e o espírito de aventura, dando origem a um novo mercado. “Se, pelo lado da demanda, a motivação pelo contato com a natureza se torna cada vez mais intensa, a natureza intacta e protegida passa a ser um argumento comercial valioso” (RUSCHMANN, 1997,p. 27).

O que era programa para excursionistas, alpinistas, aventureiros, naturalistas ou para excursões escolares voltadas ao estudo do meio torna-se, a partir dos anos 1990, atrativo para quem nunca havia pensado em sair dos roteiros convencionais ou mesmo do meio urbano. Visando atender a esse público mais geral que passa a se interessar por esse tipo de viagem e experiência, há então uma adaptação do ecoturismo, despertando para uma versão mais leve, não só para especialistas e aficionados. Em nome do ecoturismo, áreas remotas e partes dos territórios

relativamente pouco alterados dos países estão se convertendo em destinos favoritos para turistas não convencionais (SANTANA, 1998).

Em um tempo em que o ambientalismo se afirma como uma poderosa ideologia/ utopia, é interessante observar o casamento entre ecologia e turismo. Nesta perspectiva, vale salientar a mútua influência e as várias interfaces entre ecoturismo e o ambientalismo.

O ecoturismo é geralmente considerado um meio de desencorajar atividades mais predatórias, em favor de um turismo mais leve e seletivo, com ênfase na natureza preservada ou pouco alterada. Entre outras coisas, é visto como um veículo para financiar a conservação e promover o desenvolvimento de economias reprimidas e beneficiar comunidades rurais. Esse tipo de turismo tem apresentado uma maior capacidade de adequar-se às características dos locais, um novo tipo de turismo que busca autenticidade na experiência, preocupação com a qualidade e cuidado com o meio ambiente (RODRIGUES, 1997). O progressivo interesse global e o crescimento exponencial do ecoturismo, de acordo com Wearing e Neil (2001), não podem ser explicados como outras inúmeras tendências recreacionais; em vez disso, refletem uma mudança fundamental no modo como os seres humanos enxergam a natureza e se relacionam com ela.

A paisagem, a fauna e a flora, juntamente com os elementos culturais existentes nas “áreas naturais”, sobretudo as protegidas legalmente, representam pólos de atração para os turistas de todo o mundo, inclusive para aqueles habitantes dos próprios países em que estas áreas se situam.

Essa tendência é reafirmada por Elizabeth Boo, especialistas em ecoturismo em áreas protegidas, que vem desenvolvendo estudos sobre o tema em vários países do mundo. Segundo ela, os turistas estão visitando cada vez mais parques e reservas ao redor do mundo como nunca haviam feito, buscando nesta modalidade de turismo aquelas experiências que os ajudem a compreender e “valorizar” o ambiente natural (BOO, 1990).

Uma outra tendência está relacionada ao papel do Estado no mundo globalizado, cada vez mais restrito, fazendo com que a gestão de muitos setores anteriormente controlados pelo poder público, fossem transferidos do domínio público para o interesse privado. Desse modo, as agências governamentais responsáveis pelas áreas protegidas também se viram sob a intensa pressão para se tornarem “mais lucrativas”, e gerarem mais receitas do que despesas com

serviços oferecidos pelas unidades de conservação. Assim, o turismo é cada vez mais desenvolvido para proporcionar um fundamento econômico lógico para a preservação de áreas naturais. Por sua vez, o ecoturismo tem se transformado em parte de uma filosofia política para administradores de áreas protegidas e institutos de conservação, por ser um meio capaz de proporcionar resultados práticos no esforço de fornecer uma base de proteção contínua para essas áreas (WEARING; NEIL, 2001).

Dessa forma, apesar da pressão do mercado, motivado pelo interesse do contato com a natureza e por lugares exóticos, esta não representa a única motivação para o crescimento e alastramento da atividade em áreas protegidas em muitos países. Entre outros fatores, o ecoturismo tem sido considerado pelos governos desses países como uma boa oportunidade de ingresso de divisas, geração de empregos e, de certa forma, como alternativa para a conservação da natureza (PIRES, 1998).

Pode-se citar exemplos da importância, inclusive econômica, da atividade de ecoturismo desenvolvida em unidades de conservação, para alguns países. O Sistema Nacional de Parques dos Estados Unidos, composto por 376 áreas protegidas, recebe, por ano, mais de 270 milhões de visitantes, que geram receita de 10 bilhões de dólares e 200 mil empregos. Comparando com o Brasil, o parque mais visitado dos Estados Unidos, o Great Smoky Mountains, recebeu 9,2 milhões de visitantes em 1996, enquanto o parque brasileiro mais visitado, o Parque Nacional de Iguaçu, recebeu em 1996 apenas 878 mil visitantes.

O incremento da popularidade das áreas naturais protegidas na América Latina como destinação de viagens e férias tem sido acompanhado por uma necessidade urgente de gerar fundos para manter a integridade ecológica dessas áreas. Os esforços se concentram cada vez mais na elaboração de planos de manejo criativo que promovam a rentabilidade econômica dos parques e reservas. Ao mesmo tempo, ambientalistas e administradores de parques passam a considerar cada vez mais a importância de manejar as áreas protegidas de uma forma que venha ao encontro das necessidades das populações locais (BOO, 1990).

No Brasil, como em outros países, as leis que regem as áreas protegidas estabelecem que algumas categorias de unidades de conservação, em especial os parques, são passíveis de exploração turística, possibilitando um contato direto com

a natureza e podendo servir como um forte instrumento no processo de educação conservacionista.

Uma das estratégias de autofinanciamento dessas áreas tem se baseado no ecoturismo, tendo em vista a sua capacidade de gerar receitas diretas ou indiretas. Esta receita pode vir da cobrança de ingressos aos visitantes ou àqueles que exploram as áreas protegidas para o turismo, da venda de souvenir, ou por desencadear outras atividades, serviços e empregos relacionados à atividade, como o setor de hospedagem e de alimentação, promoção de passeio e eventos, guias e monitores, aluguel de carros e equipamentos, comércio, artesanato, marketing, entre outros.

Vale salientar a polêmica iniciativa do governo brasileiro por meio do Instituto Brasileiro para Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, de propor a gestão compartilhada junto à iniciativa privada das unidades de conservação nacionais, na forma de terceirização de certas funções e atividades vinculadas ao ecoturismo. Como resultado desta medida, 21 parques nacionais brasileiros poderão ser explorados pela atividade ecoturística por agências e operadoras fiscalizadas pelo IBAMA.

Diante desse cenário nota-se a importância de explorar o Parque Estadual da Serra Dourada como fonte de exploração do ecoturismo. Trata-se, portanto, de tentar encontrar uma solução conciliada de importantes questões, em muitos casos conflitantes, ou seja, gerar alternativas de renda para as populações locais (Mossâmedes e Goiás), e ao mesmo tempo, a exigência de proteger o patrimônio da unidade de conservação. Objetivando uma gestão do ecoturismo, garantindo os objetivos de conservação da natureza e a manutenção da qualidade ambiental, permitindo que os benefícios gerados por suas atividades sejam amplamente incorporados pelas populações locais, como sujeitos do desenvolvimento.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi o estudo descritivo do Parque Estadual da Serra Dourada, pois consideramos ser o mais adequado para o tema. Augusto Nivaldo Silva Triviños (1987, p. 110), nos ensina que:

Os estudos descritivos exigem do investigador uma série de informações sobre o que se deseja estudar. [...] O estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade [...] os estudos descritivos não ficam simplesmente na coleta, ordenação, classificação dos dados [...] Podem estabelecer relações entre variáveis.

Este tipo de estudo melhor se adequa à possibilidade de analisar criticamente a função social da propriedade e sua adequação ao desenvolvimento sustentável, melhorando a qualidade de vida do meio ambiente.

Assim, estudou-se as características da propriedade, observando se sua real função social e de como o desenvolvimento sustentável traria melhora para o meio ambiente e para a população, diminuindo a degradação ambiental.

A pesquisa utilizada foi a do tipo qualitativa e quantitativa. Pope e Mays (1995, p. 42) acreditam que,

Os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem. Embora difiram quanto à forma e à ênfase, os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para melhor compreensão dos fenômenos. Pode-se distinguir o enfoque qualitativo do quantitativo, mas não seria correto afirmar que guardam relação de oposição.

A pesquisa qualitativa é uma pesquisa direcionada que não pretende enumerar ou medir eventos. Em geral não emprega instrumental estatístico para analisar os dados e dela obtém-se dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com o seu objeto de estudo no qual o pesquisador procura entender os fenômenos de acordo com as perspectivas dos participantes da situação analisada (NEVES, 1996).

Já na pesquisa quantitativa, direcionando-a para o mercado turístico, pretende-se medir dentre outros, os fenômenos turísticos e seus componentes através da observação e de processos estatísticos. (TRIGUEIRO, 2001).

A pesquisa aconteceu em três momentos, sendo:

- Inicialmente, realizou-se uma pesquisa de caráter exploratório com visitas ao PESD para obter informações do objeto estudado, bem como definir o referencial teórico utilizado na pesquisa;
- No segundo momento foi feito uma pesquisa através de um questionário semi-estruturado para descobrir a relação da população Mossamedina com o PESD;
- E em seguida foi feito o inventário turístico das potencialidades existentes no PESD.

3.1 Universo e Amostra

A população da cidade de Mossâmedes se divide em subpopulações – estratos, sendo provável que a variável em estudo presente, de estrato em estrato, um comportamento heterogêneo e, dentro de cada estrato, um comportamento homogêneo. No entanto, empregamos a amostragem proporcional estratificada, que, além de considerar a existência dos estratos, obtém os elementos da amostra proporcional ao número de elementos dos mesmos.

A cidade de Mossâmedes é dividida em cinco regiões, identificadas na planta a seguir em: Região A, região B, região C, região D e região E. De acordo com o número de habitantes por região (Figura 11) e na Tabela 1 apresenta a estratificação da amostra.

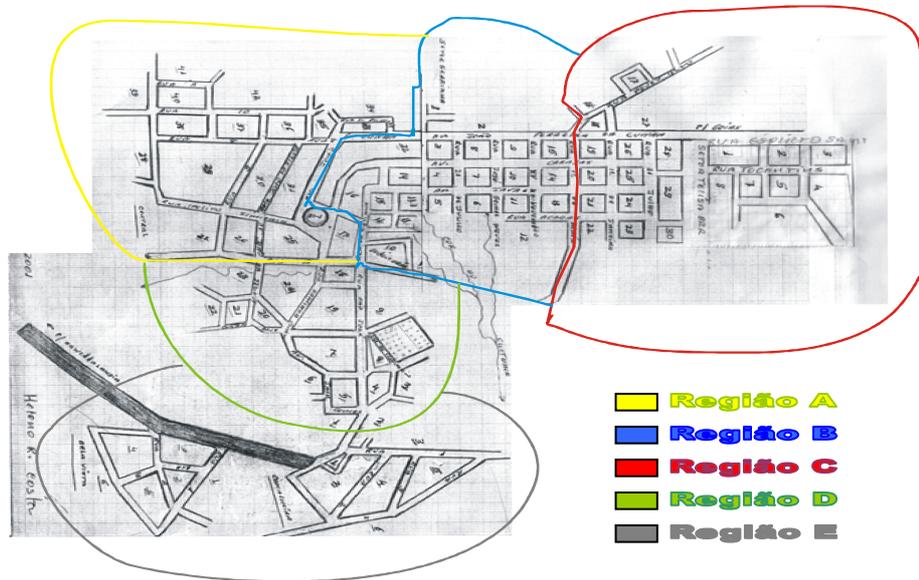


Figura 10: Planta da cidade de Mossamedes

Fonte: COSTA, 2001.

Tabela 1 – estratificação da amostra

Região	População	Cálculo	Amostra
A	1105	$(1105 \cdot 100) / 5013$	22
B	922	$(922 \cdot 100) / 5013$	18
C	1236	$(1236 \cdot 100) / 5013$	25
D	843	$(843 \cdot 100) / 5013$	17
E	907	$(907 \cdot 100) / 5013$	18
Total	$\Sigma = 5013$		$\Sigma = 100$

3.2 Estudo Exploratório

Inicialmente foram feitas as pesquisas em fontes secundárias como: livros, dissertações, periódicos, artigos científicos, facilitando assim a elaboração do projeto desta pesquisa.

A pesquisa exploratória aconteceu com as visitas ao PESD, ao município de Mossâmedes, à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR), à Agência Ambiental de Goiás e à Agência Goiana de Turismo (AGETUR), durante o primeiro e segundo semestre do ano de 2007, com objetivo de desenvolver um bom estudo do PESD.

3.3 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada com a população da cidade de Mossâmedes, através de um questionário semi-estruturado com 09 perguntas objetivas (questionário em anexo). Os dados foram levantados entre novembro e dezembro de 2007.

3.4 Tratamento de Dados

Os resultados obtidos através dos questionários aplicados junto à população de Mossâmedes foram tratados e analisados separadamente utilizando os programas Excel e Access.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo 4 serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa realizada em relação o envolvimento da população Mossamedina com o PESD. E o diagnóstico do PESD (vegetação, flora, solo, pontos atrativos do Parque e Fauna).

4.1 O Envolvimento da População Mossamedina com PESD

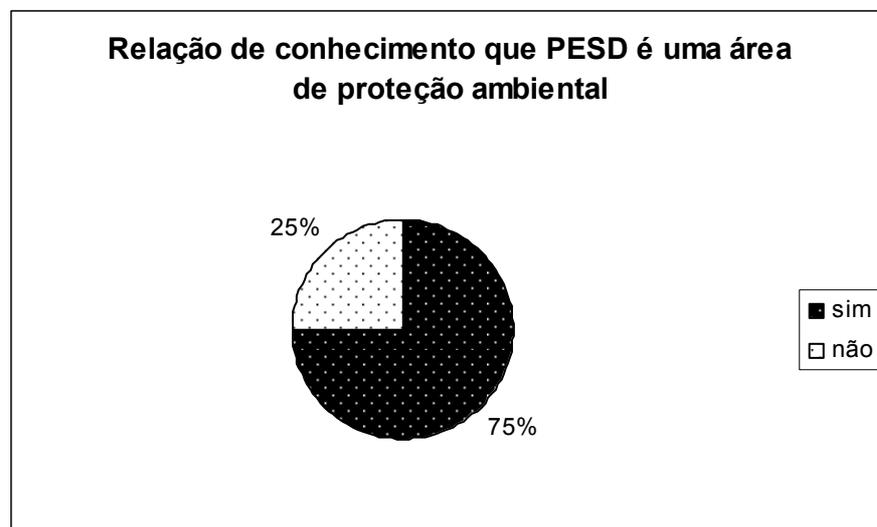


Gráfico I: Relação de conhecimento que PESD é uma área de proteção ambiental

Perguntados se sabiam que PESD é uma Área de Preservação Ambiental (APA) e se os indivíduos identificavam o significado da mesma, observou-se que 75% dos entrevistados têm conhecimento que o Parque é uma APA, e 82% soube caracterizar corretamente uma APA (Gráficos I e II). Portanto um conhecimento relevante, que a área é uma base para preservação do Cerrado em escala regional e local.

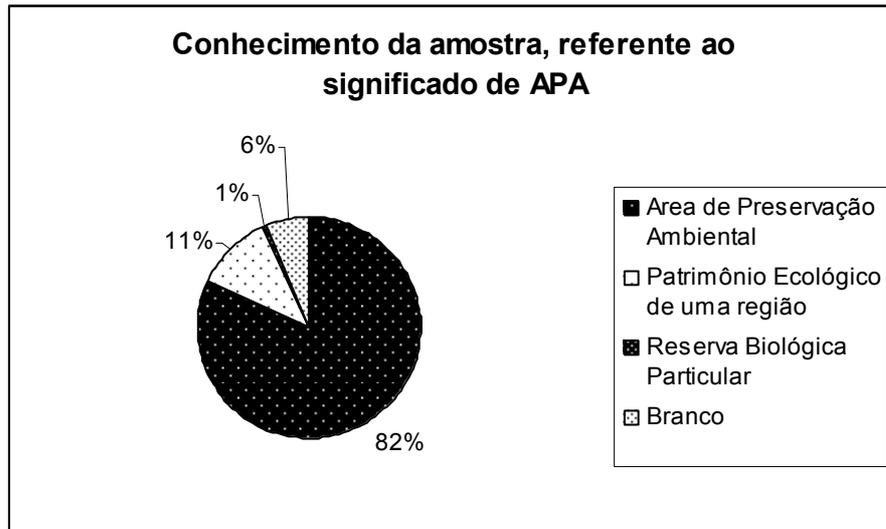


Gráfico II: Conhecimento da amostra, referente ao significado de APA

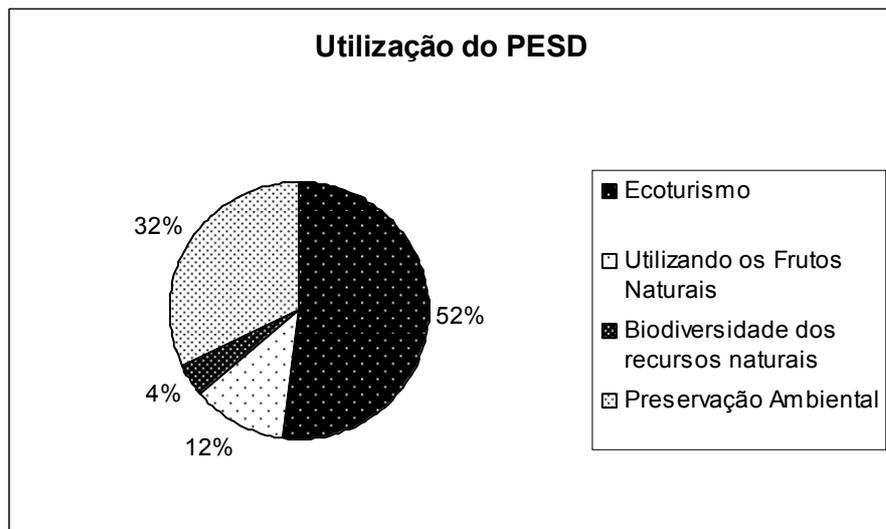


Gráfico III: Utilização do PESD

Ao procurar saber qual a influência exercida pelo PESD na vida da população mossamedina, os entrevistados vêem no parque um espaço a ser explorado pelo ecoturismo (52%).

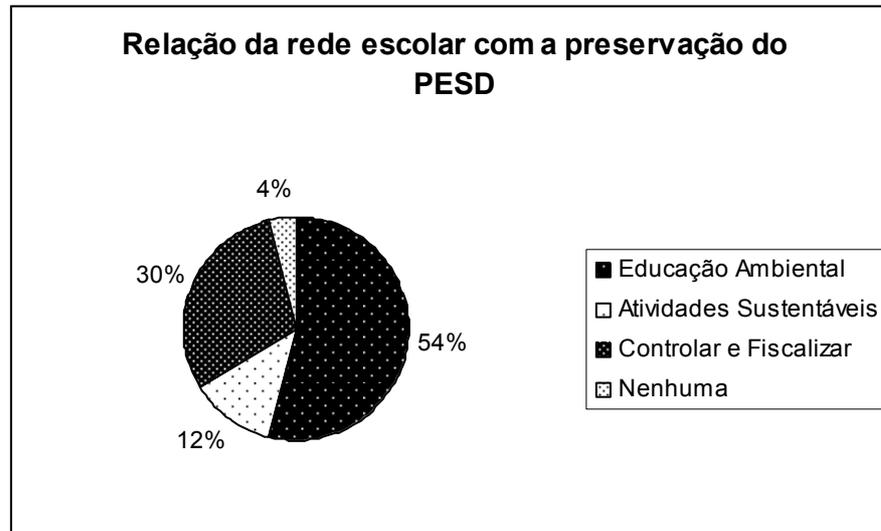


Gráfico IV: Relação da rede escolar com a preservação do PESD

De acordo com os indivíduos, 54% acreditam que a rede escolar da cidade de Mossâmedes, desenvolve alguma ação referente à educação ambiental e 4% não vêem nenhuma ação da rede escolar na preservação do Parque.

4.2 DIAGNÓSTICO DOS RECURSOS DO PARQUE ESTADUAL SERRA DOURADA (INVENTÁRIO TURÍSTICO)

4.2.1 Vegetação/flora/ solo

Segundo dados da Reserva Biológica da Unidade Federal de Goiás “PRF° Dr° JOSÉ ÂNGELO RIZZO”, O Parque Estadual da Serra Dourada é um santuário rico e único, com variações topoclimáticas na região, a morfologia da Serra em relação à altitude, a direção do alinhamento das cristas, declividades e orientação das vertentes, em conjunto com os elementos edáficos e pedológicos determinam a disposição do mosaico vegetacional de alta relevância ecológica, beleza cênica, distribuídos nas mais variadas fisionomias.

As referências dos diversos ambientes do Cerrado na área, são normalizadas de acordo com a intensidade, formato e características em seu estado de preservação. Com base em Malheiros (1997), considera-se que haja uma predominância no PESP de três subsistemas do bioma Cerrado (Strictu-sensu, cerradão e campestre), com características singulares.

A paisagem típica do Cerrado, com ampla distribuição pela área de preservação, corresponde o subsistema de Cerrado “Strictu-sensu” ou Cerrado propriamente dito. Expresso por seus elementos arborescentes com árvores de baixo e médio porte, inclinadas, com ramificações irregulares e retorcidas.

A maioria das plantas possui cascas com cortiça grossa e folhas protegidas por densa pilosidade. Com ocorrência de variações fisionômicas dentro do subsistema devido à distribuição espacial das espécies, ao tipo de solo, e por apresentar em relevo plano a semi-ondulado. Nas partes mais elevadas identifica, o subsistema campestre e a grande ocorrência do Cerrado “Strictu-sensu”, este que cresce nas fendas das rochas e em solos rasos.

No subsistema Strictu-sensu, se encontra a maior riqueza em espécies vegetais frutíferas e medicinais, em latossolos submetidos à acidez e pobres em nutrientes, como também em solos arenosos e areias quartzosas. Como exemplos podemos citar o Pequi (*Caryocar brasiliense*), a Mangaba (*Hancornia speciosa*) o cajú-do-cerrado (*Anacardium othonianum*) e a Arnica (*Lychnophora ericoídes*). Temos também uma planta muito interessante considerada endêmica na região, o Papyrus (*Artirium douradense*), a árvore papel.

A formação campestre compõe o topo da Serra Dourada, que apresenta morfologia plana, com um conjunto graminoso, arbustos de pequeno porte e bem espaçados, com a variação de altitude entre 900 e 1000 metros em relação ao nível do mar.

Uma forte interferência da topografia no solo e na vegetação evidenciados nas bancadas estruturais que segue todo percurso da Serra, em solo raso e vermelhado devido ao dióxido de ferro, a ocorrência de cobertura vegetal que apresentam caráter florestal, os solos em geral são profundos, de média e baixa fertilidade, pelo sombreamento e umidade, caracterizado pela fisionomia do subsistema cerrado.

Com estrutura arbórea de médio e grande porte, com características retilíneas e folhas menos consistentes, abrangendo a Serra Dourada nas encostas, compartilhando um processo de transição com o subsistema de cerrado “Strictu-sensu”.

A região é um berço precioso de águas, tanto na face norte, formando a bacia do rio Tocantins, e na face sul a bacia do Paranaíba, abrigando nascentes e cursos de água, que é utilizada para o abastecimento da cidade de Mossâmedes, através do ribeirão Cafundó, assim a constituição da mata ciliar, do entorno desse rio está preservada, com uma vegetação alta e retilínea, com variação em profundidade, fertilidade e umidade do solo.

Assim grande quantidade de material orgânico, propiciando a decomposição que confere a cor preta características desses solos. Subsistema de grande importância para o sistema dos cerrados, como corredores naturais e conservação dos recursos hídricos (MALHEIROS,1997). Abaixo relacionadas às figuras que apresentam as potencialidades do PESD.



Figura 11 - Ribeirão Cafundó – Com presença de Mata Ciliar



Figura 12 - Subsistema Stritu –sensu



Figura 13 - Subsistema stritu-sensu entremeados entre as rochas



Figura 14- Pequi - *Caryocar brasiliense*



Figura 15 - Mangaba (*Hancornia speciosa*)



Figura 16. – Cajú-do-cerrado (*Anacardium othonianum*)



Figura 17 – Arnica (*Lychnophora ericoídes*)



Figura 18 - Papirus (*Artirium douradense*), a árvore papel



Figura 19 - Subsistema Campestre



Figura 20 – subsistema Cerradão

4.2.2 Locais (beleza cênica)

O Parque Estadual da Serra Dourada têm também locais que são verdadeiras fontes de belezas abaixo relacionadas:

O Mirante – ponto mais alto do Parque que é utilizado como pista para vôo de asa delta. Neste ponto é possível avistar a cidade de Goiás-Go.



Figura 21 – Mirante I



Figura 22 - Mirante II

Cavernas – ao adentrar o Parque têm as belezas das cavernas.



Figura 23 – Caverna I

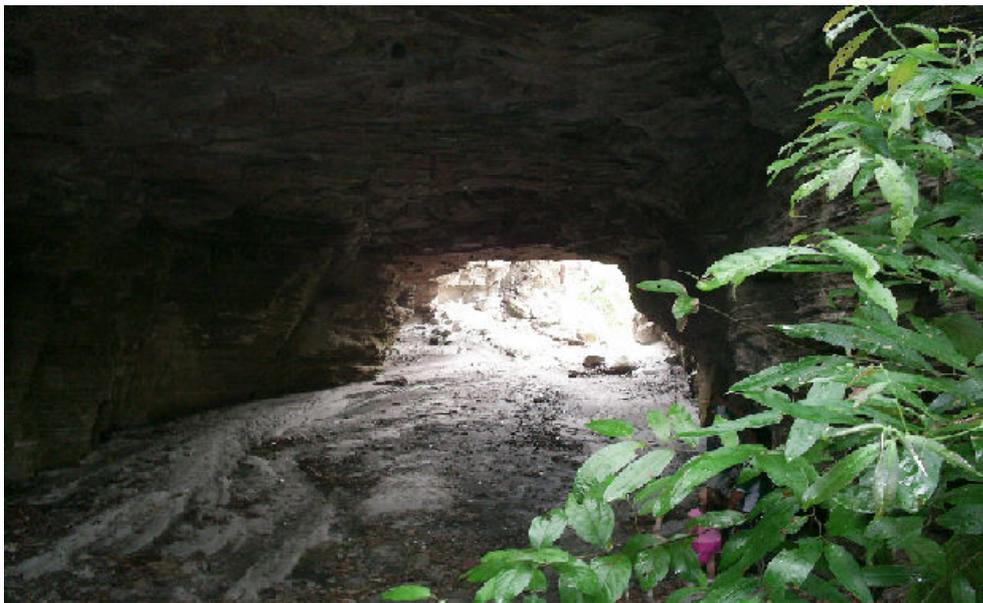


Figura 24 – Caverna II

Pedras – Tem-se o Vale das Pedras, muitas pedras com formatos variados. Neste local existia a tão falada Pedra Goiana, era uma verdadeira obra de arte construída pela Natureza. Tratava-se de um gigantesco bloco de pedra, de mais ou menos 50 toneladas, equilibrando-se sobre duas pedras pequenas. A pedra Goiana foi demolida em 1965 por vândalos da Cidade de Goiás-Go.



Figura 25 – Pedra Goiana



Figura 26 – Pedra semelhante à Pedra Goiana

Areial – Local muito lindo de areias de várias cores – Artistas da região utilizam estas areias para fabricar obras de arte.



Figura 27 – Areial I



Figura 28 – Areial II

4.2.3 Fauna

O Parque possui em sua fauna, animais variados por possuir muitas vegetações em seus subsistemas (Cerrado stricto sensu, Cerradão, Campestre, etc). Abaixo estão relacionadas 24 espécies mais comumente encontradas no Parque.



Figura 29 – *Chrysocyon brachyurus* (lobo-guará)



Figura 30 - *Myrmecophaga trydactyla* (tamanduá bandeira)



Figura 31 - *Ramphastos toco* (tucano)



Figura 32- *Cariama cristata* (seriema)



Figura 33 - *Rhea americana* (ema)



Figura 34 - *Euphractus sexcinctus* (tatu-peba peludo)



Figura 35- *Rhynchotus fufescens* (perdiz)



Figura 36 - *Athene cunicularia* (coruja buraqueira)



Figura 37 - *Colaptes campestris* (pica-pau-do-campo)



Figura 38 - *Crotalus durissus* (cascavel)



Figura 39- *Priodontis giganteus* (tatu-canastra)



Figura 40 - *Tupinambis teguixin* (teiú)



Figura 41 - Ameiva ameiva (calango-verde)



Figura 42 – *Buteogallus meridionalis* (gavião caboco)



Figura 43 - *Felis concolor* (onça parda)



Figura 44 - *Cebus apella* Spix (macaco-preto)



Figura 44 - *Callithrix penicillata* Gumila (mico)



Figura 45 - *Nasua nasua* Thévet (quati)



Figura 47 - *Dasyprocta oguti* (cotia)



Figura 48 - *Felis pardalis* (jaguaririca)



Figura 49 - *Panthera onca* (onça-pintada)



Figura 50 - Boa constrictor amarali (jibóia)



Figura 51 - Tayassu tajacu (caititu – porco do mato)



Figura 52 - Mazama americana (veado-mateiro)

Portanto torna-se extremamente importante a implantação do ecoturismo na prática no PESD, por possuir uma beleza original e espírito de integração com a população local. Cultivar a idéia de preservação, desenvolvimento e prosperidade sustentada, encontrar meios pelos quais as pessoas possam utilizar sem prejudicar o meio ambiente e os direitos das gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho evidenciar o valor do Parque Estadual da Serra Dourada na exploração do ecoturismo, como efetivo instrumento de proteção do meio ambiente. Para atingir este objetivo é imperativo a mobilização política da sociedade civil e a coletividade em geral como forma de estimular ações concretas em favor do ecoturismo.

É pena que o Parque Estadual da Serra Dourada tenha sido criado apenas no papel, através de um decreto governamental. A área do parque até o momento foi apenas delimitada e não existe nenhuma ação de desapropriação. O parque também não possui infra-estrutura e nem o plano de manejo¹ e isso impede o desenvolvimento de qualquer atividade ecoturística no parque. Em relação às autoridades governamentais o Parque encontra-se totalmente em descaso. Não existe nenhuma ação voltada para a educação ambiental. O que se percebe é a exploração de um turismo de uma forma extremamente precária, nem de longe sendo de ecoturismo, visto que o ecoturismo é baseado na cultura da educação ambiental e da sustentabilidade.

De um modo geral, a pesquisa apresentou uma visão da população, de preservação em relação ao meio natural do Parque, juntamente com uma relação de encarar a paisagem como turista, que valoriza a beleza do Parque. Apesar das respostas apresentarem aspectos de conscientização com a preservação do meio natural do Parque, este entendimento verifica uma percepção generalizada e uma distorção na relação entre os elementos naturais, modo de ocupação e concretização prática das ações humanas da população local.

Assim uma boa parte da população indica ter consciência da importância e a necessidade das ações de preservação do Parque, mas parece difícil para a população, conciliar preservação com exploração. Utilizar a área para o desenvolvimento regional e local, na missão de difundir, o ecoturismo, a educação ambiental e a pesquisa científica em uma região com grande potencial.

¹ Plano de Manejo - é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (sede administrativa, centro de visitantes, trilhas, alojamentos, centros de pesquisa e obras de recuperação de áreas degradadas).

Nessa perspectiva, é preciso que o sistema de ensino pressuponha a compreensão do ato de proteger, adotando e socializando de forma clara e prática a educação ambiental na construção de um ideário que promova, a partir do ambiente local (vivido), uma nova visão do ecoturismo direcionado as atividades de preservação.

A importância da Educação Ambiental como forma de preservar, pode ser através de ações que estimulem a conscientização sobre a importância de aprender a planejar atividades sustentáveis no PESD e buscar a participação da população nas questões que envolvam o Parque, estimulando a consciência crítica e autônoma das questões ambientais.

As transformações ocorridas no âmbito econômico, político e social da atualidade determinam a necessidade de estabelecer prioridades globais para a conservação do meio ambiente, avaliados nas ações e importância para o equilíbrio da vegetação, clima, solos, topografia, hidrografia e distribuição de espécies. Reconhecer que o ser humano faz parte dos ecossistemas e que os valores humanos não podem ficar acima do equilíbrio ambiental, tem facilitado atualmente o desenvolvimento do ecoturismo em áreas de conservação.

Na busca de mecanismo que leve as autoridades e a sociedade a repensar as atitudes e práticas em relação à preservação do parque. Entende-se que o ecoturismo pode ser a base para adquirir o conhecimento que venha proporcionar uma educação sistematizada, na formação de valores para ações sustentáveis em relação ao meio natural onde estão inseridos. Deve-se integrar a população local, onde se pretende que o parque desempenhe a formação econômica, cultural e educacional das comunidades envolvidas.

Reconhecendo que o envolvimento da população local é um dos elementos principais nas estratégias de manejo e preservação do Parque Estadual da Serra Dourada. É imprescindível uma conservação voltada para a população e realizada por ela, em busca da cooperatividade entre governo e sociedade que utiliza dos recursos.

É de extrema importância desenvolver o ecoturismo no Parque Estadual da Serra Dourada, resultando em uma mudança de valores na sociedade, com o propósito de beneficiar tanto a sociedade quanto ao parque.

O ecoturismo tem a proposta de criar meios pelos quais as pessoas possam utilizar os recursos naturais sem prejudicar o meio ambiente, e aprender a lidar com as mais diversas situações e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21. **Cúpula da terra**: Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Centro de Informações das Nações Unidas, 1992.

ANDRADE, J. V. **Turismo Fundamentos e Dimensões**. São Paulo: Ática, 1992.

BARBOSA, Y.M. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo: Papyrus, 2000.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 1997.

BOO, E. **Ecoturismo, potenciales y escollos**. Washington D. C.: WWF- World Wildlife Found e The Conservations Foundation, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Institui o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>. Acesso em 05 julho de 2007.

BRASIL. Lei nº 14.247, de 29 de julho de 2002, Institui o **Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza**. Disponível em: Acesso em 05 julho de 2007.

CAETANO, E. M. A. A. **Os impactos sócios ambientais provocados pela agricultura moderna, no ideário dos alunos da 6ª série em Mossâmedes**: UEG, 2005.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Ecoturismo Naturaleza y Desarrollo Sostenible**. Diana, 1998.

CMMD - **Relatório de Brundland**. São Paulo: FGV, 1988.

CRESSAN, D. **Gestão Racional da Natureza**. São Paulo: Hucítec, 1996.

DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE ECOTURISMO – MICT/MMA, Brasília, EMBRATUR/IBAMA, 1994.

FENNELL, D. A. **Ecoturismo - Uma introdução**; Tradução de Inês A. Lohbauer. São Paulo: Contexto, 2002.

FUSTER, L. F. **Teoria y Técnica Del Turismo**. Madri: Nacional,1973.

GAZETA MERCANTIL - **Análise Setorial**: Operadoras de turismo e agências de viagens, julho de 2005.

HALL, C. M. **Tourism and Politics**. New York. Wiley,1994.

IBAMA, Diretoria de Ecossistemas/Departamento de Unidades de Conservação/Divisão de Gerenciamento, PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL – Reserva Biológica Guaribas, Brasília, 1995.

IGNARRA, L. R. **Planejamento turístico municipal**: um modelo brasileiro. São Paulo: CTI Edições Técnicas, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>> Acesso em 30 set. 2007.

INTERNATIONALCOUNCIL FOR LOCALENVIRONMENTAL INITIATIVES (ICLEI). The Local Agenda 21 Planning Guide. Toronto. CA, ICLEI,1996.

KINKER, S. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais**. Campinas-SP: Papirus, 2002.

LAGE, B. H. G; MILONE, P. C (organizadores). **Turismo**: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, L. M. G. **Impactos ambientais e índices de qualidade ambiental** - um novo paradigma de um desenvolvimento sustentável: UEG, 2003.

MALHEIROS, Roberto. **Cerrado e Ambiente**. Goiânia: UCG, 1995.

MANUAL DE ECOTURISMO. **Assistência técnica ao setor de turismo**. EMBRATUR/ MICT/IBT, maio de 1994.

MCINTOSH, R. **Tourism, principles, practices and philosophies**. Columbus: Grid, 1972.

MIECZKOWSKI, Z. **Environmental issues of tourism and recreation**. University Press of America, Inc: Lanham, Maryland, 1995.

NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa**: características, usos e probabilidades. Caderno de Pesquisa em Administração. São Paulo, V.1, n.3, p. 1-5, 1996.

OLIVEIRA, S. de F. **Unidades de conservação (UCs)**: Contexto histórico e a realidade do estado de Goiás. In: Abordagens geográficas de Goiás: O natural e o social na contemporaneidade / Maria Gerada de Almeida (org.) Goiânia: Lesa, 2002.

OMT- Organização Mundial de Turismo. **Desenvolvimento de Turismo Sustentável**: Manual para Organizações Locais. EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, 1995.

PIRES, P. S. **A Dimensão Conceitual do Ecoturismo**- Visão e Ação. V. 1, N.1, 1998.

POPE, C. e MAYS, N. **Reaching the parts other methods cannot reach**: an introduction to qualitative methods in health and health service research. In: British Medical Journal. N. 311, p. 42-45, 1995.

RODRIGUES, A. B. (org). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável** - a proteção do meio ambiente. Campinas-SP: Papirus, 1997.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. Prefácio: M. F. Strong; trad. Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel, Fundação do desenvolvimento administrativo (FUNDAP), 1993.

SANTANA, P.V. de M. **Ecoturismo**: uma indústria sem chaminé. São Paulo, 1998. Dissertação (mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana- USP.

SELVA, V. S. F; COUTINHO, S. F. S. “**Ecoturism X Ecological Tourism in Brazil: A necessary distinction**”? Annals of Secand International Congress & Exihibition on Ecoturism. Salvador: Biosfera, 2000.

TORRE, O. D. **El turismo, fenómeno social**. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômico, 1992.

TOURISM CONCERN. **Beyond the green horizon**: Principles for sustainable tourism, Reino Unido, Fundo Mundial para a Natureza, 1992.

TRIGUEIRO, C. M. **Marketing e turismo**: como planejar e administrar o marketing turístico para uma localidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais, a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WAHAB, S. A. **Introdução a Administração do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1977.

WALLACE, G. e PIERCE, S.M. **An evaluation of ecoturism in Amazonas, Brazil, Annals of Tourism Research**, 1996.

WEARING, S. e NEIL, J. **Ecoturismo, impactos e possibilidades**. Barueri-S P: Manole, 2001.

WWF-BRASIL. **Certificação em Turismo**: Lições Mundiais e Recomendações para o Brasil. Coordenação Sérgio Salazar; Revisão de Ana Cláudia Barbosa. Série Técnica – Programa de Turismo e Meio Ambiente, Brasília, 2001.

ZIFFER, K. **Ecotourism: The Uneasy Alliance**. Conservation International and Ernst and Young, Washington, DC, 1989.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO (Pesquisa) – Parque Estadual da Serra Dourada -PESD

Cidade: Mossâmedes-Go

1) Idade: _____

2) Sexo: () Feminino () Masculino

3) A quanto tempo reside na cidade?

() desde que nasceu

() 1 – 3 anos

() 3 – 6 anos

() 6 – 9 anos

() acima de 9 anos

4) Grau de escolaridade:

() primeiro grau incompleto

() primeiro grau completo

() segundo grau incompleto

() segundo grau completo

() terceiro grau incompleto

() terceiro grau completo

() pós-graduação

5) Profissão:

() comerciante

() funcionário público

() professor de ensino fundamental

() professor de ensino médio

() bancário

() dona de casa

() estudante

() profissional liberal

() produtor rural

() outros _____

6) Você sabe que o PESD é uma Área de Proteção Ambiental- APA?

() Sim () Não

7) Área de Proteção Ambiental -APA é?

() patrimônio ecológico de uma região, por sua importância de riqueza natural e ecológica;

() área de preservação ambiental;

() reserva biológica particular, isto é, uma área que o governo obriga os fazendeiros a manter em suas propriedades.

8) O PESD deve ser explorado:

- ecoturismo;
- utilizando os frutos naturais;
- biodiversidade dos recursos naturais (rios, subsolo, madeira);
- não deverá ser explorado, deverá ser preservado.

9) A escola tem alguma ação para preservar o PESD?

- educação ambiental;
- estimula as atividades sustentáveis;
- ensina os alunos a controlar e fiscalizar a exploração da vegetação nativa e as queimadas;
- não possui ação.

DECRETO Nº 5.768, DE 05 DE JUNHO DE 2003.

Cria o Parque Estadual da Serra Dourada e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 22874046, o que dispõem os arts. 6º, incisos III e V, 127, incisos I, II e III, 128, incisos I, II e III, 130, inciso III, e 143, todos da Constituição Estadual e nos termos da Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, do art. 9º, inciso VI, da Lei federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, das Leis estaduais nºs. 14.247, de 29 de julho de 2002 e 14.075, de 28 de dezembro de 2001.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica criado o Parque Estadual da Serra Dourada, localizado nos Municípios de Goiás, Mossâmedes e Buriti de Goiás, deste Estado, com os limites e confrontações descritas no art. 3º deste Decreto.

Art. 2º O Parque ora criado destina-se a preservar as nascentes, os mananciais, a flora, a fauna, as belezas cênicas, bem como a controlar a ocupação do solo da região, podendo conciliar a proteção da fauna, da flora e das belezas naturais com a utilização para fins científicos, econômicos, técnicos e sociais.

Art. 3º A área do Parque Estadual da Serra Dourada abrange a maior parte da Área de Proteção Ambiental “Dr. Sullivan Silvestre”, com as seguintes características e confrontações: começa no ponto de interceptação do traçado da Rodovia GO-070 pela linha da cota de 800 metros de altitude, no ponto de coordenadas UTM 60033 /823059, três quilômetros a oeste do trevo com indicação para Mossâmedes, de onde sai a BR 164; segue contornando o sopé da Serra Dourada para sudoeste, pela linha da cota 800, até encontrar-se com a cabeceira leste do Córrego Gorgulho, pelo qual desce até confluir com o curso vindo da cabeceira oeste, no ponto de coordenadas UTM 59626 / 822491, subindo por esse curso até sua nascente; dali segue em rumo certo até a mais alta cabeceira leste do Córrego Fundo, pela qual desce, seguindo seu curso, até a confluência com o curso de sua mais alta nascente oeste, no ponto de coordenadas UTM 59389 / 822442; sobe por este curso até a nascente, de onde segue em rumo certo até a confluência das duas mais altas nascentes do Córrego Conceição, no ponto de coordenadas UTM 59107 / 822330; de lá, segue em rumo certo até a confluência das duas nascentes principais do Córrego Brás Mendes, no ponto de coordenadas UTM 58950 / 822208, subindo pelo curso da cabeceira mais a oeste até a nascente; dali segue em rumo certo até a cabeceira do Ribeirão Piçarrão, por onde desce, passando pela confluência com o Córrego Cafundó, no ponto de coordenadas UTM 58704 / 821988 e chegando até nova confluência com canal fluvial sem

nome, no ponto de coordenadas UTM 58619 / 821925; sobe por este canal até cruzar com a linha da cota 800 e segue por ela até que esta cruze com o Ribeirão João Alves em sua mais alta cabeceira leste, a partir da qual desce, seguindo seu curso até a confluência com o Córrego Caetano, no ponto de coordenadas UTM 58283 / 821873; dali segue em rumo certo até a confluência do curso da mais alta cabeceira leste com o da mais alta cabeceira oeste do Córrego do Crioulo, no ponto de coordenadas UTM 58002 / 821817; de lá, segue em rumo certo até a confluência das duas mais altas cabeceiras do Córrego do Cocal, no ponto de coordenadas UTM 57795 / 821848; dali segue em rumo certo até a confluência do Córrego do Lambari com o Córrego do Meio da Divisa, no ponto de coordenadas UTM 57519 / 821746, subindo por este córrego até interceptar a linha da cota 600, a qual passa a seguir até ser interceptada pelo curso do Córrego do Meio; desce o curso do Córrego do Meio até sua confluência com o Córrego Cana Brava e sobe por este até sua confluência com o Córrego Paçoca, no ponto de coordenadas UTM 56677 / 821976; dali, segue em rumo certo até a confluência das duas mais altas cabeceiras do Córrego do Índio Grande, no ponto de coordenadas UTM 56344 / 821978, a partir do qual desce seu curso e o segue, contornando a Serra rumo a oeste e depois a norte até sua confluência com o Córrego Manuel Bom, no ponto de coordenadas UTM 55635 / 822199; de lá, segue em rumo certo até a confluência das duas cabeceiras do Córrego da Invernadinha, no ponto de coordenadas UTM 55850 / 822216, de onde segue até interceptar a linha de ruptura de declive que marca o sopé da serra, seguindo a mesma, contornando a serra ao norte até encontrar a linha divisora de águas entre a bacia do Ribeirão Forte e do Córrego Caxambuzinho, a qual segue rumo norte, sendo marcada por uma estrada vicinal de terra; na bifurcação da estrada, no ponto de coordenadas UTM 58001 / 822782, parte-se para a saída leste da bifurcação e segue-a, até alcançar o Córrego da Água Fria no ponto de coordenadas UTM 58595 / 823007; dali segue em rumo certo até a confluência do Córrego do Engenho Velho com o Córrego do Aguapé, subindo por este até sua confluência com o Córrego Barro Vermelho, no ponto de coordenadas UTM 58880 / 822985; daí, sobe por este córrego até sua confluência com canal fluvial que drena de norte, sem nome, no ponto de coordenadas UTM 59023 / 822959, subindo por este canal até sua cabeceira, rumo norte, de onde parte na mesma direção até ser interceptado pela linha divisória de águas entre a bacia do Córrego Bagagem e a do Córrego Aguapeí, seguindo-a até encontrar a estrada vicinal que vai para a sede urbana de Cidade de Goiás, no ponto de coordenadas UTM 58915 / 823448; dali, parte em rumo certo até a confluência de canal de primeira ordem com o Córrego Bagagem, no ponto de coordenadas UTM 59068 / 823590; sobe, então, pelo Córrego Bagagem para sul, até sua confluência com o Córrego do Gouveia, no ponto de coordenadas UTM 59171 / 823390; sobe por este córrego até sua cabeceira, junto da Rodovia GO-070, seguindo-a até o ponto inicial desta delimitação, com área aproximada de 30.000 (trinta mil) hectares.

Art. 4º O Parque Estadual da Serra Dourada será administrado pela Agência Goiana do Meio Ambiente em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos.

Art. 5º Compete à Agência Goiana do Meio Ambiente, no prazo

de dois anos, contados da publicação deste Decreto, providenciar a elaboração e a aprovação do Plano de Manejo do Parque Estadual ora criado, observando os requisitos exigidos no art. 27 da Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 24 da Lei estadual 14.247, de 29 de julho de 2002.

Parágrafo único. Até que seja elaborado o Plano de Manejo, fica proibida qualquer exploração dos recursos ambientais, exceto aquelas destinadas a garantir a sua integridade, assegurando-se às populações tradicionais, porventura residentes na área, as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Art. 6º A Agência Goiana do Meio Ambiente expedirá os atos normativos complementares necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 7º Nos termos do art. 11, § 1º, da Lei nº 9.985/00, as áreas particulares incluídas nos limites do Parque ora criado serão desapropriadas por interesse social, conforme previsto no art. 1º do Decreto nº 4.829, de 15 de outubro de 1997.

Art.8º Ficam mantidos os limites e confrontações da Área de Proteção Ambiental “Dr. Sulivam Silvestre” que não estejam localizados na área do Parque ora criado.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em
Goiânia, 5 de junho de 2003, 115º da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JUNIOR

Governador do Estado de Goiás